

Leôncio, filho de Aglaion, voltava do Pireu, próximo da face externa do muro norte, quando viu alguns cadáveres que jaziam perto do carrasco, e sentiu o desejo de observá-los melhor. Ao mesmo tempo sentiu repulsa diante da idéia, e tentou viver o resto. Por algum tempo lutou consigo mesmo e tapou os olhos com as mãos, mas no fim o desejo venceu, e abrindo bem os olhos com os dedos, ele correu para os corpos, dizendo: "Pronto, malditos, deletem-se com o adorável espetáculo".

Platão, A república

1

Na província de Kibungu, no leste de Ruanda, região de pântanos e pastos perto da fronteira com a Tanzânia, há uma montanha rochosa chamada Nyarubuye, com uma igreja onde muitos turistas foram chacinados em meados de abril de 1994. Um ano depois da matança eu fui a Nyarubuye com dois oficiais militares canadenses. Viajamos num helicóptero das Nações Unidas, voando baixo sobre as montanhas na névoa matinal, com as bananeiras parecendo densas chuvas de estrelas verdes sobre as encostas. O capim crescido inclinou-se para trás quando pousamos no centro do pátio da escola paroquial. Um soldado solitário materializou-se com seu Kalashnikov, e apertou nossas mãos com tímida e rígida formalidade. Os canadenses apresentaram a documentação para a nossa visita, e eu entrei numa sala de aula que estava com a porta aberta.

Pelo menos cinquenta cadáveres em decomposição cobriam o chão, enrolados em panos, seus pertences espalhados e esmagados. As cabeças cortadas a facão haviam rolado para os lados.

Os mortos se pareciam com retratos dos mortos. Não cheiravam. As moscas não zumbiam sobre eles. Haviam sido assassinados treze meses antes e ninguém os removera. Pedacos de pele pendiam dos ossos aqui e ali, muitos deles arrancados dos corpos, desmembrados pelos assassinos ou por animais de rapina — aves, cachorros, insetos. As figuras mais completas pareciam-se bastante com gente, algo que foram uma vez. Uma mulher enrolada num trapo estampado de flores jazia perto da porta. Os ossos de seu quadril descarnado estavam levantados e suas pernas levemente abertas, com o esqueleto de uma criança estendido entre elas. O torso da mulher estava escavado. Suas

costelas e sua coluna dorsal saltavam através do pano apodrecido. Sua cabeça estava tombada para trás e sua boca estava aberta: uma estranha imagem — meio agonia, meio repouso.

Eu nunca estivera entre mortos antes. O que fazer? Olhar? Sim. Eu queria vê-los, suponho; viera para vê-los — os mortos haviam permanecido insepultos em Nyarubuye para servir de lembrança — e lá estavam eles, expostos de maneira tão íntima. Eu não precisava vê-los. Já sabia o que acontecera em Ruanda, acreditava nas informações que recebera. Ainda assim, olhando para os prédios e os corpos e ouvindo o silêncio do lugar, com a basílica em estilo italiano, grande e deserta, elevando-se ao lado, e flores delicadas e decadentes, fertilizadas pela morte, brotando entre os cadáveres, era tudo estranhamente inimaginável. Quer dizer, continuava sendo necessário imaginar aquilo.

Aqueles mortos ruandeses estarão comigo para sempre, eu acho. Eis por que me senti compelido a ir a Nyarubuye: para que grudassem em mim — não a experiência deles, mas a experiência de tê-los visto. Eles haviam sido assassinados ali, e jaziam mortos ali. O que mais se podia ver logo de cara? A Bíblia inchada pela chuva sobre um cadáver, ou, esparramadas pela sala, as pequenas coroas de palha trançada usadas pelas ruandesas para equilibrar as enormes cargas que levam sobre a cabeça, e as cabaças de água, e um pé de rênis. Converse entalado de alguma maneira numa pélvis.

O soldado com o Kalashnikov — sargento Francis do Exército Patriótico Ruandês, um tutsi cujos pais haviam fugido para Uganda com ele quando ainda era um menino, depois de massacres similares (mas menos extensos) no início dos anos 60, e que havia lutado para voltar para casa em 1994, para encontrá-la desse jeito — disse que os mortos naquela sala eram em sua maioria mulheres estupradas antes de serem mortas. O sargento Francis tinha lábios levantados e roliços, como os de uma garota, e andava com o traseiro arrebitado, inclinando-se para a frente, numa postura estranhamente resoluta. Ele era, a um só tempo, cândido e extremamente oficial. Seu inglês tinha o timbre rigoroso dos exercícios militares. Depois de me dizer o que

eu estava vendo, olhei para os meus pés. A lâmina enferrujada de uma machadinha estava estendida ao lado deles, na poeira.

Algumas semanas antes, em Bukavu, no Zaire, no gigantesco mercado de um campo de refugiados que abrigava muitos milicianos hutus de Ruanda, eu havia observado um homem espartilhado uma vaca com uma machadinha. Ele era bastante hábil em seu trabalho, dando golpes fortes e precisos, que faziam um ruído lancinante. O grito de estímulo dos assassinos durante o genocídio era "Faça seu trabalho!". E agora eu via que era de fato trabalho, aquela carnificina; e trabalho duro. Eram necessárias muitas machadadas — dois, três, quatro, cinco golpes duros — para cortar a perna da vaca. Quantas machadadas seriam necessárias para desmembrar uma pessoa?

Considerando a enormidade da tarefa, é tentador especular com teorias sobre loucura coletiva, explosão da horda, uma febre de ódio que se transforma num crime passionnal de massa, e imaginar a orgia cega da multidão, com cada um de seus membros matando uma ou duas pessoas. Mas em Nyarubuye, e em milhares de outros lugares neste pequeno país, nos mesmos dias de uns poucos meses de 1994, centenas de milhares de hutus trabalharam como assassinos em turnos regulares. Havia sempre a próxima vítima, e a próxima. O que os animava, além do frenesi do primeiro ataque, a suportar a exaustão física, a confusão e a sujeira?

O pigmeu em Gikongoro disse que a humanidade faz parte da natureza e que nós devemos ir contra a natureza para seguir vivendo e ter paz. Mas a violência coletiva também precisa ser organizada; ela não ocorre a esmo. Mesmo hordas e motins têm um desígnio, e uma destruição ampla e sustentada requer um grande objetivo. Ela precisa ser concebida como um meio para alcançar uma nova ordem, e embora a idéia por trás dessa nova ordem possa ser criminosa e objetivamente muito estúpida, ela deve ser também constrangedoramente simples e ao mesmo tempo absoluta. A ideologia do genocídio é todas essas coisas, e em Ruanda ela ganhou o nome de Poder Hutu. Para aqueles que começaram a exterminar sistematicamente um

povo inteiro — mesmo sendo uma pequena e subpópulação de cerca de 1 milhão e 250 mil homens, mulheres e crianças, como os tutsis em Ruanda — a sede de sangue certa-mente ajuda. Mas os engenheiros e executores de uma chacina como aquela diante da porta em que eu estava não precisavam gostar de matar, e podiam até achar o ato desagradável. O que é preciso acima de tudo é que queiram que suas vítimas morram. Eles têm de desejar isso com tanta força que esse desejo se torne uma necessidade.

Então eu ainda tinha muito a imaginar enquanto entrava na sala de aula e pisava cuidadosamente entre os cadáveres. Esses mortos e seus assassinos haviam sido vizinhos, colegas de escola ou de trabalho, às vezes amigos, até mesmo parentes por afinidade. Os mortos viram seus assassinos treinando nas milícias nas semanas antes do fim, e era soberbamente sabido que estavam treinando para matar tutsis; era anunciado no rádio, estava nos jornais, as pessoas falavam disso abertamente. Na semana anterior ao massacre em Nyarubuye, a matança começou na capital de Ruanda, Kigali. Os hutus que se opunham à ideologia do Poder Hutu eram denunciados publicamente como "cúmplices". Os tutsis estavam entre os primeiros a serem mortos quando o extermínio se desencadeou. Em Nyarubuye, quando tutsis foram ligados ao prefeito, ligado ao Poder Hutu, como poderiam fazer para ser poupados, ele lhes sugeriu que se abrigassem na igreja. Os tutsis obedeceram, e alguns dias depois o prefeito apareceu lá para matá-los. Chegou liderando uma quadrilha de soldados, policiais, milicianos e cidadãos, distribuiu armas e ordens para que o trabalho fosse bem realizado. Não precisava fazer mais nada, mas dizem que matou alguns tutsis por conta própria.

Os assassinos matavam durante o dia todo em Nyarubuye. À noite cortavam os tendões de Aquiles dos sobreviventes e iam banquetear-se atrás da igreja, fazendo churrasco com o gado de suas vítimas em grandes fogueiras e bebendo cerveja. (Cerveja em garrafa, cerveja de banana — os ruandeses podem não beber mais cerveja do que outros povos africanos, mas bebem quantidades prodigiosas dela todas as horas do dia.) E, pela manhã,

ainda bêbados depois do tempo de sono conseguido em meio aos gritos de suas vítimas, os assassinos de Nyarubuye voltavam ao trabalho e matavam mais. Dia após dia, minuto a minuto, tutsi por tutsi: por toda a extensão de Ruanda, trabalhavam assim. "Era um processo", disse o sargento Francis. Posso ver o que aconteceu, podem me contar como foi, e depois de quase três anos percorrendo Ruanda e conversando com ruandeses, eu posso lhes dizer como foi, e vou dizer. Mas o horror — a idiosincrasia, a perda, a pura maldade — continua indefinível.

Como Leônicio, o jovem ateniense do livro de Platão, presumo que vocês estejam lendo isto porque desejam observar mais de perto, e que vocês, também, estejam adequadamente perturbados pela sua curiosidade. Talvez, examinando comigo esse extremo, vocês esperem encontrar alguma compreensão, alguma luz, alguma centelha de autoconhecimento — uma moral, ou uma lição, ou uma pista sobre como se comportar neste mundo: alguma informação desse tipo. Não descarto essa possibilidade, mas quando se trata de genocídio, ainda se pode distinguir o certo do errado. A principal razão que me levou a observar mais de perto as histórias de Ruanda é a de que ignorá-las me deixa ainda mais desconfortável diante da existência e do meu lugar nela. O horror, enquanto horror, me interessa apenas na medida em que para entender o legado de um crime é preciso ter dele uma memória detalhada.

Os mortos em Nyarubuye eram, temo dizer, lindos. Não havia como negar isso. O esqueleto é uma coisa maravilhosa. O caráter fortuito das formas, a estranha tranquilidade de sua rude exposição, aqui o crânio, ali o braço dobrado num gesto indecifrável — essas coisas eram belas, e sua beleza só aumentava a afrenta do lugar. Eu não conseguia me fixar em nenhuma reação sensata: repulsa, alarme, tristeza, dor, vergonha, incompreensão, tudo isso, claro, mas nada que fizesse realmente sentido. Eu só olhava, e tirava fotos, porque eu me perguntava se teria realmente podido ver o que eu estava vendo enquanto estava vendo, e também porque eu desejava uma desculpa para olhar um pouco mais de perto.

Atravessamos a primeira sala e saímos pela outra porta. Havia outra sala, e outra, e outra. Estavam todas cheias de corpos, e mais corpos estavam espalhados no capim, e havia crianças esparsos no capim; que era espesso e maravilhosamente verde. De pé do lado de fora, escutei um ruído de trituração. O velho coronel canadense tropeçou à minha frente, e vi que, sem que ele notasse, seu pé pisara sobre um crânio, quebrando-o. Pela primeira vez em Nyarubuye, meus sentimentos entraram em foco, e o que senti foi uma pequena mas feroz raiva daquele homem. Então ouvi outro ruído, e senti uma vibração sob o pé. Eu havia pisado em um, também.

Ruanda é um espetáculo de se ver. Por toda a sua região central, uma sinuosa sucessão de encostas íngremes e cortadas em patamares cerca povoados de beira de estrada e fazendas solitárias. Sulcos de barro vermelho e marga negra mostram o trabalho recente da enxada; eucaliptos prateados cintilam contra verdes dianteiras plantações de chá; as bananeiras estão em toda parte. No que se refere ao relevo, Ruanda produz variações incontáveis: florestas tropicais irregulares, redondos morros isolados, pântanos ondulantes, largos platôs de savana, picos vulcânicos pontuados como dentes afiados. Durante a estação das chuvas, as nuvens são enormes, baixas e velozes, a neblina ocupa os vales das montanhas, relâmpagos iluminam as noites, e durante o dia a terra resplandece. Depois das chuvas, o céu se abre, o terreno ganha um aspecto áspero sob o mormaço chapado e invariável da estação seca, e nas savanas do parque Akagera os incêndios selvagens enegrecem as colinas.

Um dia, quando eu regressava a Kigali, vindo do sul, enquanto o carro subia uma encosta entre dois vales sinuosos e pelo para-brisa viam-se nuvens arroxeadas, perguntei a Joseph, o homem que me dava uma carona, se os ruandeses se davam conta do belo país que possuíam. "Belo?", ele disse. "Você acha? Depois de tudo o que aconteceu aqui? As pessoas não são boas. Se as pessoas fossem boas, o país poderia ser OK." Joseph me

contou que seu irmão e sua irmã haviam sido assassinados, e estavam levemente a língua contra os dentes. "O país está vazio", disse. "Vazio!"

Não eram só os mortos que estavam faltando. O genocídio fora interrompido pela Frente Patriótica Ruandesa, um exército rebelde liderado por tutsis que haviam fugido de perseguições anteriores, e, conforme a FPR avançava país adentro no verão de 1994, cerca de 2 milhões de hutus fugiam para o exílio sob as ordens dos mesmos líderes que os exortaram a matar. Apesar disso, exceto por algumas áreas rurais do sul, onde os hutus em retirada não tinham deixado nada além de mato crescido nos campos em volta de casas de adobe em ruínas, eu, como forasteiro, não conseguia ver o vazio que cegava Joseph para a beleza de Ruanda. Sim, havia edifícios destruídos por granadas, casas incendiadas, fachadas cravadas de balas, estradas escavadas por morteiros. Mas esses eram os estragos da guerra, não do genocídio, e no verão de 1995 a maioria dos mortos fora sepultada. Quinze meses antes, Ruanda havia sido o país mais densamente povoado da África. Agora o trabalho dos assassinos parecia exatamente como eles queriam que parecesse: invisível.

De vez em quando, covas coletivas eram descobertas e escavadas, e os restos mortais eram transferidos para sepulturas coletivas novas e adequadamente consagradas. Ainda assim, nem mesmo os ossos eventualmente expostos, o número notável de pessoas amputadas ou deformadas por cicatrizes e a superabundância de orfanatos lotados poderiam ser tomados como evidência de que o que havia acontecido em Ruanda era uma tentativa de eliminação de todo um povo. Para isso, só havia as histórias das pessoas.

"Cada sobrevivente se pergunta por que ainda está vivo", disse-me o abade Modeste, pároco da catedral de Butare, a segunda maior cidade de Ruanda. O abade Modeste havia ficado escondido durante semanas em sua sacristia, comendo hóstias, antes de mudar para baixo da escrivania de seu escritório e, finalmente, para o forro do telhado da casa de umas freiras vizinhas. A explicação óbvia para sua sobrevivência era que a FPR

viera para libertar a região. Mas a FPR só chegou a Butare no começo de julho, e aproximadamente 75% dos tutsis de Ruanda haviam sido mortos já no início de maio. Nesse aspecto, pelo menos, o genocídio fora inteiramente bem-sucedido: para suas vítimas, não era a morte que parecia um acidente do destino, mas a vida.

"Tive dezoito pessoas assassinadas em minha casa", disse Etienne Niyonzima, um ex-homem de negócios que se tornou deputado na Assembleia Nacional. "Tudo foi completamente destruído — um lugar de 55 por cinquenta metros. No meu bairro mataram 647 pessoas. Eles as torturaram também. Você precisava ver como matavam. Tinham o número da casa de todo mundo, e marcaram com tinta vermelha as casas de todos os tutsis e dos hutus moderados. Minha mulher, que estava na casa de uma amiga, levou dois tiros. Ainda está viva, mas" — ele ficou em silêncio por um instante — "não tem mais os braços. Os outros que estavam com ela foram mortos. A milícia abandonou-a achando que ia morrer sozinha. Todas as 65 pessoas da família dela em Gitarama foram assassinadas." Niyonzima estava escondido na época. Só quando já fazia três meses que estava longe da mulher foi que soube que ela e quatro de seus filhos haviam sobrevivido. "Bem", ele disse, "um filho recebeu um corte de facão na cabeça. Não sei para onde foi." Sua voz enfraqueceu, e ele tossiu. "Desapareceu." Niyonzima estalou a língua e disse: "Mas os outros ainda estão vivos. Honestamente, não entendo como fui poupado".

Laurent Nkongoli atribuiu sua sobrevivência à "Providência e também aos bons vizinhos, sobretudo a uma velha que disse: 'Fuja, não queremos ver seu cadáver'". Nkongoli, um advogado que se tornou o vice-presidente da Assembleia Nacional depois do genocídio, era um homem robusto, com um gosto pelos ternos com colete e gravatas coloridas, e movia-se, enquanto falava, com viva determinação. Mas antes de seguir o conselho da vizinha e fugir de Kigali, no final de abril de 1994, ele havia, segundo disse, "aceitado a morte". "Isso acontece a certa altura. A gente espera não morrer com crueldade, mas espera

morrer, de todo modo. Não ser morto por um facão, de preferência, mas por um tiro. Se você pudesse, pagaria para ser morto com um tiro. A morte era mais ou menos normal, uma resignação. A gente perdia a vontade de lutar. Houve 4 mil tutsis assassinados em Kacyiru" — um bairro de Kigali. "Os soldados os trouxeram aqui, e ordenaram que se sentassem, pois atirariam granadas. E eles se sentaram."

"A cultura ruandesa é uma cultura do medo", prosseguiu Nkongoli. "Eu me lembro do que o povo dizia." Adotou uma voz cantada, e seu rosto assumiu uma expressão de desgosto: "Deixe-nos rezar, depois nos mate", ou "Eu não quero morrer na rua, quero morrer em casa". Retornou sua voz normal. "Quando você está resignado e oprimido a esse ponto, já está morto. Isso mostra que o genocídio foi preparado por muito tempo. Detesto esse medo. Essas vítimas do genocídio foram psicologicamente preparadas para esperar a morte só pelo fato de serem tutsis. Elas vinham sendo assassinadas havia tanto tempo que já estavam mortas."

Lembrei a Nkongoli que, mesmo com todo o seu ódio ao medo, ele também aceitara a morte antes de sua vizinha o exortar a fugir. "Sim", disse ele. "Fiquei esgotado com o genocídio. Você luta por tanto tempo que uma hora cansa."

Todo ruandês com que eu falei parecia ter uma pergunta irrespondível favorita. Para Nkongoli, a pergunta era como tantos tutsis haviam podido se deixar matar. Para François Xavier Nkurunziza, um advogado de Kigali, que era filho de um hutu e de uma tutsi e casado com uma tutsi, a pergunta era como tantos hutus haviam se permitido assassinar outras pessoas.

Nkurunziza escapara da morte por pura sorte, percorrendo o país de um esconderijo a outro, e tinha perdido muitos parentes. "O conformismo é muito profundo, muito arraigado aqui", disse-me. "Na história de Ruanda, todo mundo obedece à autoridade. As pessoas reverenciam o poder, e o nível de educação não é suficiente. Você pega uma população pobre e ignorante, joga uma arma na mão de cada um e diz: 'É sua. Mate'. Eles obedecerão. Os camponeses, que eram pagos ou forçados a ma-

tar, observavam as pessoas de um patamar socioeconômico mais elevado para ver como elas se comportavam. Portanto, as pessoas influentes, ou os grandes homens de negócios, são as grandes figuras do genocídio. Eles podem pensar que não mataram porque não tiraram vidas com suas próprias mãos, mas o povo os olhava à espera de ordens. E, em Ruanda, uma ordem pode ser dada muito silenciosamente.”

À medida que eu viajava pelo país, recolhendo relatos do massacre, parecia quase como se, com o *fação*, o *masu* — uma clava cravejada de pregos —, umas poucas granadas bem colocadas e umas poucas rajadas de rifle automático, as ordens silenciosas do Poder Hutu haviam tornado obsoleta a bomba de nêutrons.

“Todos foram chamados a caçar o inimigo”, disse Theodor Ntlinkwava, um sobrevivente dos massacres em sua cidade, Kimbogo, na província sul-oriental de Cyangugu. “Mas digamos que alguém esteja relutante. Digamos que ele chegue com um pedaço de pau. Os outros lhe dizem: ‘Não, pegue um *masu*. OK, ele obedece, e acompanha os outros, mas não mata. Os outros dizem: ‘Ei, ele pode nos denunciar mais tarde. Ele tem de matar. Todo mundo tem de ajudar a matar pelo menos uma pessoa’. Então, esse sujeito que não é um assassino é levado a matar. E no dia seguinte a coisa já se tornou um jogo para ele. Você não precisa mais forçá-lo.”

Em Nyarubuye, até as pequenas estátuas votivas de terracota da sacristia foram metodicamente decapitadas. “Elas estavam associadas aos *tutsis*”, explicou o sargento Francis.

2

Se você pudesse andar direto para o oeste a partir do memorial do massacre em Nyarubuye, atravessando Ruanda de uma ponta a outra, sobre os morros, pântanos, lagos e rios até a província de Kibuye, então, um pouco antes de cair no grande mar interior que é o lago Kivu, você depararia com outra cidade de

montanha. Essa montanha chama-se Mugonero, e ela, também, é coroada por uma grande igreja. Embora Ruanda seja esmagadoramente católica, os protestantes evangelizaram grande parte de Kibuye, e Mugonero é sede da missão dos Adventistas do Sétimo Dia. O lugar, com suas construções de tijolos aparentes, lembra mais o campus de uma faculdade americana que uma aldeia africana. Limpas alamedas comunicam a grande igreja a uma capela menor, a uma creche, a uma enfermaria e a um complexo hospitalar que goza da reputação de oferecer um excelente serviço médico. Foi no hospital que Samuel Ndagijimana buscou refúgio durante as chacinas, e, embora uma das primeiras coisas que ele me disse tenha sido “Eu esqueço pouco a pouco”, logo ficou claro que não esquecera tanto quanto gostaria.

Samuel trabalhava como assistente no hospital. Havia entrado no serviço em 1991, aos 25 anos. Perguntei-lhe sobre sua vida na época que os ruandeses chamam de “Antes”. Ele disse: “Éramos simples cristãos”. Isso era tudo. Eu podia ter perguntado sobre outra pessoa, que ele houvesse conhecido apenas de passagem e que não lhe dizia respeito. Era como se suas primeiras lembranças verdadeiras fossem dos primeiros dias de abril de 1994, quando ele viu milicianos hutus realizando exercícios públicos do lado de fora dos prédios governamentais em Mugonero. “Observávamos os jovens saírem toda noite, e as pessoas falavam sobre isso no rádio”, disse Samuel. “Eram apenas membros dos grupos do Poder Hutu que iam, e aqueles que não participavam eram chamados de ‘inimigos’.”

No dia 6 de abril, algumas noites depois que a movimentação começou, o ditador hutu de longa data, presidente Juvenal Habyarimana, foi assassinado em Kigali, e uma panelinha de líderes do Poder Hutu que faziam parte do alto comando militar tomou o poder. “O rádio anunciou que as pessoas não deviam sair de casa”, disse Samuel. “Começamos a ver grupos de sujeitos se reunindo naquela mesma noite, e quando saímos de manhã para trabalhar, vimos esses grupos junto com os líderes locais do Poder Hutu, organizando a população. A gente não sabia exatamente o que havia, só sabia que alguma coisa estava para acontecer.”

Cuidado com aqueles que falam da espiral da história; eles estão preparando um bumerangue. Tinha a mão um capacet de aço.

Ralph Ellison, *O homem invisível*

4

Na célebre história, o irmão mais velho, Caím, era um lavrador, e Abel, o caçula, um pastor. Eles fizeram oferendas a Deus — Caím ofertou parte de sua colheita, Abel do seu rebanho. A oferta de Abel recebeu a consideração divina. A de Caím, não. Então Caím matou Abel.

Ruanda, no começo, foi ocupada por pigmeus que viviam em cavernas e cujos descendentes hoje são chamados de povo *twa*, um grupo marginalizado e privado de direitos de cidadania que não chega a 1% da população. Os hutus e os tutsis vieram depois, mas suas origens e a ordem de suas migrações não são conhecidas com precisão. Embora seja sustentado, convencionalmente, que os hutus são um povo banto que se estabeleceu em Ruanda primeiro, vindo do sul e do oeste, e que os tutsis são um povo nilótico que migrou do norte e do leste, essas teorias se baseiam mais na lenda do que em fatos documentados. Com o tempo, hutus e tutsis passaram a falar a mesma língua, seguir a mesma religião, casar-se entre si e viver misturados, sem distinções territoriais, nas mesmas montanhas, compartilhando a mesma cultura política e social em pequenas aldeias. Os chefes eram chamados *mwami*, e alguns deles eram hutus, outros eram tutsis; hutus e tutsis lutavam ombro a ombro nos exércitos dos *mwami*, por meio de uma política de casamentos e vizinhança, os hutus tornaram-se herdeiros dos tutsis, e os tutsis se tornaram herdeiros dos hutus. Por causa de toda essa miscigenação, os etnógrafos e historiadores chegaram ultimamente à conclusão de que os hutus e os tutsis não podem propriamente ser considerados grupos étnicos distintos.

Ainda assim, os nomes huru e tutsi permaneceram. Eles ti-

45

nham significado, e embora não haja um consenso sobre que palavra designa melhor esse significado — “classes”, “castas” e “posições” são as favoritas —, a origem dessa distinção é indiscutível: os hutus eram lavradores e os tutsis eram pastores e pecuaristas. Essa era a desigualdade de origem: o gado é um bem mais valioso que a produção agrícola, e embora alguns hutus possuísem vacas e alguns tutsis cultivassem o solo, a palavra tutsi tornou-se sinônimo de elite política e econômica. Acrescenta-se que a estratificação tenha se acentuado depois de 1860, quando o *mwami* Kigeri Rwabugiri, um tutsi, subiu ao trono ruandês e iniciou uma série de campanhas militares e políticas que expandiram e consolidaram seu domínio sobre um território quase do tamanho da atual República.

Mas não existe nenhum documento confiável sobre o Estado pré-colonial. Os ruandeses não tinham escrita; sua tradição era oral, portanto maleável. E, uma vez que sua sociedade era rigidamente hierárquica, as histórias que eles contam sobre seu passado tendem a ser ditadas por aqueles que têm poder, seja no governo, seja na oposição a ele. Evidentemente, no cerne dos debates históricos de Ruanda estão idéias conflitantes a respeito das relações entre hutus e tutsis, e por isso é frustrante que as raízes pré-coloniais dessas relações sejam largamente inacessíveis. Como observou o pensador político Mahmood Mamdani: “Que muito do que passava como fato histórico nos círculos acadêmicos tenha de ser considerado mera hipótese — se não pura ficção — está se tornando claro à medida que a sobriedade pós-genocídio obriga um crescente número de historiadores a levar a sério o uso político que vinha sendo feito de seus escritos, e seus leitores a questionar a certeza com que muitas afirmações eram apresentadas”.

Portanto, a história de Ruanda é perigosa. Como toda história, ela é um relato de sucessivas lutas pelo poder, e em grande medida o poder consiste na habilidade de fazer com que os outros aceitem sua versão sobre a realidade — mesmo, como é freqüentemente o caso, quando essa versão é escrita com o sangue deles. Ainda assim alguns fatos, e algumas conclusões, per-

manecem indiscutíveis. Por exemplo: Rwabugiri era o herdeiro de uma dinastia que alegava remontar sua linhagem ao final do século XIV. Quinhentos anos é um tempo muito longo para qualquer regime, em qualquer época e lugar. Mesmo que consideremos a possibilidade real de que os historiadores da corte estivessem exagerando, ou contando o tempo de uma maneira diferente da nossa, e que o reino de Rwabugiri tivesse só uns poucos séculos de idade, mesmo assim é uma idade madura, e essa longevidade requer organização.

Na época da ascensão ao poder de Rwabugiri, o Estado ruandês, tendo se expandido gradualmente a partir de uma única aldeia de montanha, administrava a maior parte do que hoje são as regiões central e sul de Ruanda, numa rigorosa e complexa hierarquia de chefes civis, políticos e militares, e de governadores, subchefes, e representantes do governador, sub-subchefes e representantes dos representantes do governador. Sacerdotes, coletores de impostos, líderes de clãs e organizadores do exército, todos tinham seu lugar na ordem que mantinha cada montanha do reino vassala do *mwami*. Intrigas cortesãs entre o inchado séquito do *mwami* eram tão elaboradas e ardilosas quanto uma trama de Shakespeare, com as complicações adicionais da poligamia oficial, e um privilégio de inenso poder para a rainha-mãe.

O próprio *mwami* era reverenciado como uma divindade absoluta e infalível. Era visto como a encarnação pessoal de Ruanda e, à medida que Rwabugiri estendia seu domínio, ele cada vez mais configurava o mundo de seus súditos à sua própria imagem. Os tutsis eram favorecidos para os altos cargos políticos e militares e, por meio de sua identificação pública com o Estado, geralmente gozavam também de maior poder financeiro. O regime era essencialmente feudal: os tutsis eram aristocratas; os hutus, vassallos. Ainda assim, o status e a identidade continuavam a ser determinados também por muitos outros fatores — clã, religião, clientela, coragem militar, até mesmo esforço pessoal —, e as fronteiras entre hutus e tutsis mantiveram-se permeáveis. Na verdade, em algumas áreas da atual Ruanda que o *mwami* Rwabugiri não conseguiu conquistar, essas categorias não tinham

nenhum significado local. Aparentemente, as identidades hutu e tutsi só ganhavam sentido em relação ao poder do Estado; à medida que isso acontecia, os dois grupos inevitavelmente desenvolviam suas próprias culturas distintas — seu próprio conjunto de idéias sobre si mesmos e sobre os outros — de acordo com seus respectivos domínios. Essas idéias eram frequentemente moldadas pela via da negação: um hutu era o que um tutsi não era, e vice-versa. Mas, na ausência desses tabus inflexíveis que frequentemente marcam a separação entre grupos étnicos ou tribais, os ruandeses que buscavam valorizar essas distinções eram obrigados a dilatar minúsculas e imprecisas delimitações de fronteira, como a prevalência do leite na dieta do indivíduo e, especialmente, os traços físicos.

Na confusão das características de Ruanda, a questão das aparências é particularmente delicada, uma vez que frequentemente pode significar vida ou morte. Mas ninguém pode discutir os arquétipos físicos: para os hutus, rostos sólidos e redondos, pele escura, nariz achatado, lábios grossos e mandíbulas quadradas; para os tutsis, rostos delgados e compridos, pele não tão escura, nariz estreito, lábios finos, queixo estreito. A natureza fornece incontáveis exceções. ("Você não consegue nos distinguir uns dos outros", disse-me Laurent Nkongoli, o imponente vice-presidente da Assembleia Nacional. "Nós não conseguimos nos distinguir uns dos outros. Uma vez eu estava num ônibus e, como eu estava no norte, onde eles" — os hutus — "moravam, e estava comendo milho, como eles comem, disseram: 'Ele é um de nós'. Mas sou um tutsi de Butare, no sul.") Ainda assim, quando os europeus chegaram em Ruanda no final do século XIX, formaram uma imagem de uma imponente raça de reis guerreiros, cercada por rebanhos de gado de longos chifres e uma raça subordinada de camponeses pequenos e escuros, desencavando tubérculos e colhendo bananas. Os homens brancos presumiram que essa era a tradição do lugar e a consideraram um arranjo natural.

A "ciência das raças" estava na moda na Europa nessa época, e para quem estudava a África Central a doutrina-chave era a chamada hipótese hamítica, proposta em 1863 por John Hanning

Speke, inglês que ficou célebre por "descobrir" o grande lago africano que ele batizou de Vitória e identificou-lo como a fonte do rio Nilo. A teoria antropológica básica de Speke, que ele desenvolveu sem a menor base factual, era a de que toda a cultura e toda a civilização na África Central haviam sido introduzidas por um povo mais alto e de aparência distinta, que ele considerava ser uma tribo caucásica de origem etíope, descendente do rei Davi bíblico, e portanto uma raça superior aos negróides nativos.

Muito do *Journal of the Discovery of the Source of the Nile* [Diário da descoberta da fonte do Nilo], de Speke, é dedicado a descrições da feitura física e moral das "raças primitivas" da África, em cuja condição ele encontrou "uma impressionante comprovação das Sagradas Escrituras". Em seu texto, Speke usa a história narrada no capítulo nove do Gênesis, que fala sobre Noé, quando este, aos seiscentos anos de idade, depois de ter conduzido sua arca sobre as águas do dilúvio até ancorar em terra firme, embriagou-se e desmaiou, nu, em sua tenda. Ao voltar a si, Noé soube que seu filho caçula, Cam, o vira nu; que Cam havia contado a seus irmãos, Sem e Jafé, sobre o espetáculo; e que Sem e Jafé, voltando castamente as costas ao pai, haviam coberto seu corpo com um manto. Noé reagiu amaldiçoando a descendência do filho de Cam, Canaã, dizendo: "Que ele seja, para seus irmãos, o último dos escravos!". Em meio às perplexidades do Gênesis, esta é uma das histórias mais enigmáticas, e tem sido objeto das mais desconcertantes interpretações — a mais notável é a de que Cam teria sido o primeiro homem negro. Para os senhores de terras do Sul dos Estados Unidos, o estranho episódio da maldição de Noé justificava a escravidão, e para Speke e os colonialistas de seu tempo, explicava a história dos povos africanos. Ao "contemplar esses filhos de Noé", ele constatava, maravilhado, que, "do mesmo jeito que eles eram então, se apresentam agora".

Speke inicia uma seção de seu diário, intitulada "Fauna", com as palavras: "Ao tratar desse ramo da história natural, vamos abordar primeiro o homem — o verdadeiro negro de cabeças encarcadas, nariz flácido e boca beicuda". O aspecto des-

sa subespécie apresentava-se a Speke como um mistério ainda maior que o Nilo: "Como o negro viveu tantas eras sem avançar parece algo espantoso, quando todos os países que cercam a África são, comparativamente, tão avançados; e, julgando pelo progresso do mundo, somos levados a supor que o africano deve em breve sair de seu estado de trevas, ou será substituído por um ser superior a ele". Speke acreditava que um governo colonial — "como o nosso, na Índia" — poderia salvar o "negro" da perdição, caso contrário ele via "muito poucas chances" para a raça: "O que o pai fazia, ele faz. Põe a mulher para trabalhar, vende os filhos, escraviza tudo aquilo em que deita as mãos e, quando não está lutando para se apossar do que é dos outros, se contenta em beber, cantar e dançar como um babuíno, para espantar as preocupações".

Esse era o típico jargão da era vitoriana, e só choca pelo fato de um homem que se empenhara tanto em conhecer o mundo haver regressado com observações tão batidas. (E, no fundo, muito pouca coisa mudou; basta editar levemente as passagens acima — as caricaturas cruas, a questão da inferioridade humana e a referência ao babuíno — e teremos a espécie de perfil da África perdida que continua sendo ainda hoje o padrão na imprensa norte-americana e européia, e nos apelos por doações de caridade lançados por organizações humanitárias de ajuda.) Ainda assim, ao lado de seus lamentáveis "negros", Speke achou uma "raça superior" de "homens tão diferentes quanto possível da ordem comum dos nativos", graças a suas "faces finas e ovais, grandes olhos, narizes empinados, revelando o melhor sangue da Abissínia" — ou seja, da Etiópia. Essa "raça" compreendia muitas tribos, incluindo os waris — todos —, todas as quais criavam gado e tendiam a dominar as massas negróides. O que mais excitava Speke era sua "aparência física", que, apesar dos efeitos de encrespamento do cabelo e escurecimento da pele causados pela miscigenação, havia mantido "uma elevada estampa de fisionomia asiática, da qual uma característica notável é um nariz afiado, em vez de achatado". Emoldurando seus postulados em termos vagamente científicos,

cos, e recorrendo à autoridade histórica das escrituras, Speke declarou que essa raça dominante "semi-sem-hamítica" era de cristãos perdidos, e sugeriu que, com um pouco de educação britânica, poderiam ser quase tão "superiores em tudo" quanto um inglês como ele.

Poucos ruandeses vivos já ouviram falar de John Hanning Speke, mas a maioria deles conhece a essência de sua extravagante fantasia — a de que os africanos que mais se assemelhavam às tribos da Europa estavam inerentemente dotados de superioridade — e, quer eles a aceitem ou rejeitem, poucos ruandeses negariam que o mito hamítico é uma das idéias essenciais pelas quais eles compreendem quem são neste mundo. Em novembro de 1992, o ideólogo do Poder Hutu Leon Mugesera pronunciou um discurso famoso, conclamando os hutus a mandar os tutsis de volta à Etiópia pelo rio Nyabarongo, um tributário do Nilo que atravessa Ruanda. Ele não precisou repetir. Em abril de 1994, o rio estava atulhado de tutsis mortos, e dezenas de milhares de corpos jaziam nas margens do lago Vitória.

Uma vez que o interior africano havia sido "aberto" à imaginação européia por exploradores como Speke, logo se seguiu o império. Num frenesi de conquista, os monarcas da Europa começaram a alegar direitos sobre vastas extensões do continente. Em 1885, representantes das grandes potências européias realizaram um encontro em Berlim para estabelecer as fronteiras de seus novos territórios africanos. Regra geral, as linhas traçadas no mapa, muitas das quais definem ainda hoje Estados africanos, não guardavam nenhuma relação com as tradições políticas ou territoriais dos lugares que circunscreviam. Centenas de reinos e tribos que operavam como nações distintas, com suas próprias línguas, suas religiões e sua complexa história política e social, foram retalhados ou, mais frequentemente, aglomerados sob bandeiras européias. Mas os cartógrafos em Berlim deixaram intactos Ruanda e seu vizinho ao sul,

o Burundi, e designaram os dois países como províncias da África Oriental Alemã.*

Nenhum homem branco jamais havia estado em Ruanda na época do encontro de Berlim. Speke, cujas teorias sobre raça eram tomadas como evangelho pelos colonizadores de Ruanda, só havia dado uma espiada sobre a fronteira oriental do país, a partir do topo de uma montanha na atual Tanzânia, e quando o explorador Henry M. Stanley, intrigado pela reputação ruandesa de "feroz isolamento", tentou cruzar aquela fronteira, foi repellido por uma chuva de flechas. Até os traficantes de escravos passavam ao largo da região. Em 1894, um conde alemão chamado von Götzen tornou-se o primeiro branco a entrar em Ruanda e visitar a corte real. No ano seguinte, a morte do *mwami* Rwabugiri mergulhou Ruanda na turbulência política, e em 1897 a Alemanha instalou seus primeiros postos administrativos no país, hasteou a bandeira do império do *Kaiser* Wilhelm, e instituiu uma política de governo indireto. Oficialmente, isso significou a inscrição de uns poucos agentes alemães no já existente sistema administrativo da corte, mas a realidade era mais complicada.

A morte de Rwabugiri havia desencadeado uma violenta guerra pela sucessão entre os clãs reais tutsis; a dinastia estava em grande desordem, e os líderes enfraquecidos das facções vencedoras colaboraram zelosamente com os chefes coloniais em troca de apoio. A estrutura política que resultou daí é frequentemente descrita como um "colonialismo dual", no qual as

* Uma vez que Ruanda e Burundi eram administrados como um território colonial conjunto, Ruanda-Burundi; uma vez que ambos eram povoados, em proporções iguais, por hutus e tutsis, e uma vez que seus destinos como Estados pós-coloniais têm se caracterizado pela violência entre esses grupos, eles são frequentemente vistos como as duas metades de uma experiência ou "problema" histórico e político único. Na verdade, embora os acontecimentos de cada país invariavelmente influenciem os acontecimentos do outro, Ruanda e Burundi sempre existiram desde tempos pré-coloniais como nações inteiramente distintas e independentes. As diferenças em suas histórias são com frequência mais reveladoras que as semelhanças, e a comparação tende a produzir confusão, a menos que cada país seja considerado primeiramente em seus próprios termos.

elites tutsis aproveitavam-se da proteção e da liberdade de ação concedidas pelos alemães para consolidar seus feudos internos e ampliar sua hegemonia sobre os hutus. À época em que a Liga das Nações transferiu Ruanda para a Bélgica como um espólio da Primeira Guerra Mundial, os termos hutu e tutsi haviam se definido claramente como identidades "étnicas" opostas, e os belgas fizeram dessa polarização a pedra angular de sua política colonial.

Na sua clássica história de Ruanda, escrita na década de 1950, o missionário monsenhor Louis de Lagger observou: "Um dos mais surpreendentes fenômenos da geografia humana de Ruanda é com certeza o contraste entre a pluralidade de raças e o sentimento de unidade nacional. Os nativos desse país têm o sentimento genuíno de formar um único povo". Lagger encanava-se com a unidade criada pela lealdade à monarquia — "Eu poderia matar por meu *mwami*" era um canto popular — e ao Deus nacional, *Imana*. "A ferocidade desse patriotismo é exaltada até o limite do chauvinismo", escreveu ele, e seu colega missionário padre Pages observou que os ruandeses "estavam convencidos, antes da penetração européia, de que seu país era o centro do mundo, de que ele era o maior, mais poderoso e mais civilizado reino da Terra". Os ruandeses acreditavam que Deus podia visitar outros países durante o dia, mas a cada noite voltava para descansar em Ruanda. De acordo com Pages, "eles achavam natural que os dois chifres da lua crescente estivessem voltados para Ruanda, para protegê-la". Não há dúvida de que os ruandeses também supunham que Deus se expressava em quiniaruanda, porque poucos ruandeses no Estado insular pré-colonial nem sequer sabiam que existiam outras línguas. Mesmo hoje, que o governo de Ruanda e muitos de seus cidadãos são multilíngües, o quiniaruanda é a única língua de todos os ruandeses e, depois do suaíle, é a segunda língua africana mais falada. Como escreveu Lagger: "Há poucos povos na Europa entre os quais encontramos esses três fatores de coesão nacional: uma língua, uma fé, uma lei".

Talvez tenha sido precisamente o impressionante "ruandis-

mo" de Ruanda que inspirou seus colonizadores a abraçar o absurdo pretexto hamítico pelo qual eles dividiram a nação e a fizeram lutar consigo mesma. Os belgas dificilmente poderiam pretextar que eram necessários para pôr ordem em Ruanda. Em vez disso, procuraram os traços da civilização existente que se prestavam a suas próprias idéias de dominação e submissão e os moldaram de modo a encaixá-los em seus propósitos. Colonização é violência, e há muitas maneiras de levar a cabo essa violência. Além dos chefes militares e administrativos, e de um verdadeiro exército de clérigos, os belgas enviaram cientistas a Ruanda. Os cientistas trouxeram balanças, fitas métricas e compassos e saíram pesando ruandeses, medindo sua capacidade reprodutiva e realizando análises comparativas da protuberância relativa de seus narizes. Claro que os cientistas encontraram aquilo em que haviam acreditado o tempo todo. Os tutsis tinham dimensões "mais nobres", mais "naturalmente" aristocráticas que as dos "rústicos" e "brutos" hutus. No "índice nasal", por exemplo, o nariz médio tutsi era dois milímetros e meio mais longo e quase cinco milímetros mais fino que o nariz hutu médio.

Ao longo dos anos, destacados observadores europeus deixaram-se levar tão longe por sua fetichização do refinamento tutsi que tentaram superar Speke sugerindo, alternativamente, que a raça dominante de Ruanda havia se originado na Melanésia, na cidade perdida de Atlântida, ou — de acordo com um diplomata francês — no espaço sideral. Mas os colonizadores belgas aferraram-se ao mito hamítico como modelo e, governando Ruanda mais ou menos em parceria com a Igreja Católica Romana, providenciaram a reorganização da sociedade ruandesa em função das assim chamadas linhas étnicas. O monsenhor Léon Classe, o primeiro bispo de Ruanda, foi um grande defensor da cassação dos direitos civis dos hutus e do reforço da "tradicional hegemonia dos bem-nascidos tutsis". Em 1930, ele alertou que qualquer esforço para substituir chefes tutsis por "incultos" hutus "levaria todo o Estado diretamente à anarquia e ao cruel comunismo antieuropeu", acrescentando que "não temos chefes que sejam mais qualificados, mais inteligentes, mais

ativos, mais capazes de valorizar o progresso e mais completamente aceitos pelo povo que os tutsis".

A mensagem de Classe foi atendida: as tradicionais estruturas administrativas regionais, que haviam proporcionado aos hutus sua última esperança de ter ao menos autonomia local, foram sistematicamente desmanteladas, e as elites tutsis receberam poder quase ilimitado para explorar o trabalho dos hutus e deles cobrar impostos. Em 1931, os belgas e a Igreja depuseram um *mwami* que consideravam demasiado independente e empossaram outro, Mutara Rudahigwa, cuidadosamente escolhido por sua postura submissa. Mutara prontamente se converteu ao catolicismo, renunciando a seu status divino e desencadeando uma corrida em massa à pia batismal, o que em pouco tempo transformou Ruanda no país mais catolicizado da África. Então, em 1933-4, os belgas empreenderam um censo, com o objetivo de emitir carteiras de identidade "étnicas", que rotulavam cada ruandês como hutu (85%), tutsi (14%) ou twa (1%). As carteiras de identidade tornaram virtualmente impossível aos hutus se transformar em tutsis, e permitiram que os belgas aperfeiçoassem a administração de um sistema de segregação enraizado no mito da superioridade tutsi.

Assim, a ofensa dos pastores tutsis ganhou as boas graças dos senhores coloniais, e a ofensa dos agricultores hutus, não. A camada mais elevada dos tutsis, sedenta de poder, e temerosa da possibilidade de sofrer os abusos que ela própria era encorajada a infligir aos hutus, aceitou a primazia como um dever. As escolas católicas, que dominavam o sistema educacional colonial, praticavam uma aberta discriminação em favor dos tutsis, que gozavam do monopólio dos cargos políticos e administrativos, enquanto os hutus viam encolher ainda mais suas já limitadas oportunidades de progresso. Nada define tão vividamente a partilha quanto o regime belga de trabalhos forçados, que requeria verdadeiros exércitos de hutus para labutar em massa nas plantações, na construção de estradas e na silvicultura, sob as ordens de capatazes tutsis. Décadas depois, um velho tutsi rememorou a ordem colonial belga a um repórter com as palavras:

"Você açoita o hutu ou nós açoitamos você". A brutalidade não ficava nos espancamentos; exaustos pelo esforço de seu trabalho coletivo, os camponeses negligenciavam seus campos, e os fe- cundos mortos de Ruanda eram repetidamente assolados pela fome. No início dos anos 20, centenas de milhares de hutus e empobrecidos camponeses tutsis fugiram para Uganda, ao nor- te, e para o Congo, a oeste, para tentar a sorte como trabalha- dores agrícolas itinerantes.

O que quer que a identidade hutu e tutsi tenha significado na situação pré-colonial não importava mais; os belgas haviam feito da "eticidade" o traço definidor da existência ruandesa. A maior parte dos hutus e tutsis ainda mantinha relações bastante cordiais; os casamentos mistos continuavam, e o destino dos "petits tutsis" das colinas continuava indistinguível do de seus vi- zinhos hutus. Porém, com cada criança educada na escola pela doutrina da superioridade e inferioridade raciais, a idéia de uma identidade nacional coletiva foi por água abaixo, e em cada lado da fronteira hutu-tutsi desenvolveram-se discursos mutuamen- te excludentes, um deles baseado no argumento do direito ad- quirido, o outro no da ofensa à justiça.

Tribalismo gera tribalismo. A própria Bélgica era uma na- ção dividida por fronteiras "éticas", na qual a minoria valã fran- cófona havia dominado durante séculos a maioria flamenga. Mas, depois de uma longa "revolução social", a Bélgica havia in- gressado numa era de maior igualdade demográfica. Os sacer- dotes flamengos que começaram a aparecer em Ruanda depois da Segunda Guerra Mundial identificavam-se com os hutus e encorajavam suas aspirações por mudanças políticas. Ao mesmo tempo, a administração colonial da Bélgica havia sido submeti- da à curadoria das Nações Unidas, o que significa que ela esta- va sob pressão para preparar o terreno para a independência de Ruanda. Ativistas políticos hutus começaram a clamar pelo go- verno da maioria e por sua própria "revolução social". Mas a luta política em Ruanda nunca foi de fato uma busca pela igual- dade; a questão era simplesmente quem iria dominar o Estado etnicamente bipolar.

Em março de 1957, um grupo de nove intelectuais hutus pu- blicou um documento conhecido como o "Manifesto hutu", rei- vindicando "democracia" — não por meio da rejeição ao mito hamítico, mas de sua corroboração. Se os tutsis eram invasores estrangeiros, dizia sua argumentação, então Ruanda era, por di- reito, uma nação da maioria hutu. Era isso o que passava por pensamento democrático em Ruanda: os hutus tinham os núme- ros a seu favor. O "Manifesto" rejeitava firmemente a abolição dos cartões de identidade étnica, por temor de "impedir a lei es- tatística de estabelecer a verdade dos fatos", como se o fato de ser hutu ou tutsi implicasse automaticamente a posição política do indivíduo. Uma porção de posições mais moderadas podiam ser ouvidas, mas quem dá ouvidos aos moderados em tempos de re- volução? À medida que brotavam novos partidos hutus, incitan- do as massas a se unir em torno de sua "identidade hutu", os en- tusiásticos belgas marcaram eleições. Mas antes que os ruandeses vissem uma urna eleitoral, centenas deles foram mortos.

Em 1º de novembro de 1959, na província de Gítarama, no centro de Ruanda, um subchefe administrativo chamado Domi- nique Mbonyumutwa foi espancado por um grupo de homens. Mbonyumutwa era um ativista político hutu, e seus agressores eram ativistas políticos tutsis. Logo depois que eles o abandonaram, correu a notícia de que Mbonyumutwa havia morrido. Ele não estava morto, mas o rumor havia se espalhado amplamente; mesmo hoje existem hutus que acreditam que Mbonyumutwa foi morto naquela noite. Olhando para trás, os ruandeses dirão que alguns incidentes como esse eram inevitáveis. Mas, na pró- xima vez que você ler uma reportagem como a que foi estampa- da na primeira página do *New York Times* em outubro de 1997, relatando "a velha animosidade entre os grupos étnicos tutsi e hutu", lembre-se de que, antes de o espancamento de Mbonyu- mutwa acender o pavio em 1959, nunca havia sido registrada uma violência política sistemática entre hutus e tutsis — em ne- nhum lugar.

Menos de 24 horas depois do espancamento em Gitarama, bandos errantes de hutus estavam atacando autoridades tutsis e incendiando casas. A "revolução social" havia começado. Em menos de uma semana a violência tinha se alastrado pela maior parte do país, à medida que os hutus se organizavam, geralmente em grupos de dez liderados por um homem com um apito, para empreender uma ofensiva de pilhagem, destruição e esporeadamente assassinato de tutsis. A insurreição popular ficou conhecida como "o vento da destruição", e um de seus maiores admiradores era um coronel belga chamado Guy Logiest, que chegou em Ruanda vindo do Congo três dias depois do espancamento de Mboonyumitwa para supervisionar os distúrbios. Os ruandeses que tivessem curiosidade em saber qual seria a atitude de Logiest diante da violência precisavam apenas observar as tropas belgas comandadas por ele perambulando impassivelmente enquanto os hutus incendiavam as casas dos tutsis. Como o próprio Logiest definiu 25 anos depois: "O período era crucial para Ruanda. Seu povo precisava de apoio e proteção".

Os tutsis não faziam parte do povo de Ruanda? Quatro meses depois que a revolução começou, o *mwami* que havia reinado por quase trinta anos, e que ainda era popular entre muitos hutus, foi ao Burundi consultar um médico belga para tratar-se de uma doença venérea. O médico deu-lhe uma injeção, e o *mwami* sofreu um colapso e morreu, aparentemente devido a um choque alérgico. Mas uma profunda suspeita de que ele havia sido envenenado tomou conta dos tutsis de Ruanda, tornando mais delicado seu já desgastado relacionamento com os antigos patronos belgas. No início de novembro, quando o novo *mwami*, um jovem de 25 anos e sem experiência política, pediu permissão ao coronel Logiest para constituir um exército contra os revolucionários hutus, foi desprezado. Forças fiéis ao rei foram à luta assim mesmo, mas, embora tenham sido mortos um pouco mais de hutus do que de tutsis em novembro, a contra-ofensiva logo se esgotou. "Temos de tomar partido", declarava o coronel Logiest enquanto as casas dos tutsis continuavam a ser incendiadas no início de 1960. Posteriormente

mente, ele não sentia nenhum remorso por "ter sido tão parcial contra os tutsis".

Logiest, que estava virtualmente comandando a revolução, via a si próprio como um campeão da democratização, cuja missão era corrigir o grande equívoco da ordem colonial que ele servia. "Eu me pergunto o que me levava a agir com tanta resolução", recordaria depois. "Era sem dúvida o anseio de devolver ao povo sua dignidade. E era provavelmente também o desejo de derrotar a arrogância e expor a duplicidade de uma aristocracia basicamente injusta e opressora."

O fato de ressentimentos legítimos estarem na base de uma revolução não garante, entretanto, que a ordem revolucionária será justa. No início de 1960, o coronel Logiest perpetrara um golpe de Estado por decreto executivo, substituindo chefes tutsis por chefes hutus. Realizaram-se eleições regionais no meio do ano e, com hutus dirigindo os locais de votação, os hutus conquistaram pelo menos 90% dos cargos mais importantes. Àquela altura, mais de 20 mil tutsis haviam sido desalojados de suas casas, e esse número continuou crescendo rapidamente à medida que os novos líderes hutus organizavam a violência contra os tutsis ou simplesmente os prendiam arbitrariamente, para afirmar sua autridade e arrebataram as propriedades deles. Entre os refugiados tutsis que começaram a fugir em massa para o exílio estava o *mwami*.

"A revolução acabou", anunciou o coronel Logiest em outubro, na instalação de um governo provisório liderado por Grégoire Kayibanda, um dos autores originais do "Manifesto hutu", que proclamou em seu discurso: "A democracia derrotou o feudalismo". Logiest também fez um discurso, e aparentemente estava se sentindo magnânimo na vitória, pois emitiu uma advertência profética: "Não será uma democracia se não for bem-sucedida no respeito aos direitos das minorias. [...] Um país em que a justiça perde sua qualidade fundamental prepara as piores desordens e seu próprio colapso". Mas aquele não era o espírito da revolução que Logiest havia liderado.

É certo que ninguém em Ruanda no final dos anos 50 ofe-

recera uma alternativa a uma construção tribal da política. O Estado colonial e a igreja colonial haviam tornado quase inconcebível tal alternativa, e embora os belgas tenham mudado de lado, com relação às etnias, às vésperas da independência, a nova ordem que eles prepararam era meramente a velha ordem posta de cabeça para baixo. Em janeiro de 1961, os belgas convocaram uma reunião dos novos líderes hutus, na qual a monarquia foi oficialmente abolida e Ruanda, declarada uma república. Um governo de transição foi formalmente estabelecido sobre um arranjo de divisão de poder entre partidos hutu e tutsi, mas alguns meses depois uma comissão das Nações Unidas relatou que a revolução ruandesa havia, na verdade, "conduzido a uma ditadura racial de partido único" e simplesmente substituído "um tipo de regime opressivo por outro". O relatório também alertava para a possibilidade de que "um dia ainda testemunharemos reações violentas por parte dos tutsis". Os belgas não se importaram. Ruanda ganhou a independência plena em 1962, e Grégoire Kayibanda foi empossado presidente.

Desse modo a ditadura hutu se mascarou de democracia popular, e as lutas pelo poder em Ruanda se tornaram um assunto interno da elite hutu, assim como haviam se resumido no passado às rixas entre os clãs reais tutsis. Os revolucionários de Ruanda haviam se tornado o que o escritor V. S. Naipaul chama de "homens cópias" (*mimic men*) pós-coloniais, que reproduzem os abusos contra os quais eles se rebelaram, ignorando o fato de que seus antigos senhores acabaram, no fim das contas, banidos por aqueles que eles oprimiam. O presidente Kayibanda havia, com quase toda certeza, lido a famosa história de Ruanda de autoria de Louis de Lacger. Mas em vez da idéia de Lacger de um povo unido pelo "sentimento nacional", Kayibanda falava de Ruanda como "duas nações em um Estado".

O Gênesis identifica o primeiro assassinato como um fratricídio. O motivo é político — a eliminação de um rival. Quando Deus pergunta o que aconteceu, Caim oferece em resposta sua mentira manifestamente mordaz: "Não sei. Acaso sou guarda de meu irmão?". O chocante na história não é o assassinato, que

começa e termina em uma frase, mas a desfaçatez de Caim e a brandura da punição divina. Por matar seu irmão, Caim é condenado a uma vida de "fugitivo errante sobre a terra". Quando protesta, "o primeiro que me encontrar me matará", Deus diz: "Quem matar Caim será vingado sete vezes". Literalmente, Caim escapa impune do assassinato; recebe até uma proteção especial, mas, como indicia a lenda, o modelo de justiça da vingança de sangue imposto a partir de seu crime não era viável. As pessoas logo se tornaram tão covardes que "a terra [...] encheu-se de violência", e Deus teve tanto desgosto com sua criação que resolveu extingui-la com um dilúvio. Na nova era que se seguiu, a lei acabaria emergindo como o princípio da ordem social. Mas isso foi depois de muitas lutas fratricidas.

5

"Minha história, desde o nascimento?", perguntou Odette Nyiramilimo. "Você tem mesmo tempo para isso?" Respondi que sim.

Ela disse: "Nasci em Kinunu, Gisenyi, em 1956. Portanto, eu tinha três anos quando começou essa história do genocídio. Não consigo lembrar exatamente, mas vi um grupo de homens descendo a colina em frente com facões, e ainda posso ver as cascas pegando fogo. Corremos para o bosque com nossas vacas e ali ficamos por dois meses. Tínhamos leite, e nada mais. Nossa casa foi destruída pelo fogo".

Odette sentava-se ereta, dobrando-se para a frente numa cadeira de jardim de plástico branco, com as mãos postas sobre a mesa de plástico vazia entre nós. Seu marido estava jogando tênis; alguns de seus filhos brincavam na piscina. Era domingo, estávamos no Cercle Sportif de Kigali — sob o aroma de fango na grelha, o ruído dos mergulhos dos nadadores e o baque das bolas de tênis, o esplendor espalhafatoso das primaveras deramando-se pelo muro do jardim. Sentávamos à sombra de uma árvore alta. Odette vestia jeans e blusa branca, e uma fina gar-

Antes da ofensiva da FPR, quase ninguém fora de suas fileiras sabia de sua existência. Mas Habyarimana havia expressado repetidamente seu temor de que os ruandeses incorporados ao exército ugandense estivessem conspirando contra ele, e a invasão da FPR havia, de fato, envolvido uma deserção em massa das fileiras ugandenses. Para Habyarimana e sua corte, essa era a prova de que todo indivíduo de que eles suspeitavam era um agente inimigo.

Jean-Baptiste declarou a seu interrogador que não tinha nenhum contato com exilados. Foi deixado em paz depois disso. Odette não sabia por quê; quase 10 mil pessoas foram presas em outubro e novembro de 1990. Mas todo tipo de equívoco foi cometido. Por exemplo, quando alguns homens foram mandados ao hospital para prender Odette, levaram a pessoa errada. "Eu havia conseguido meu emprego de volta", disse ela, "e tinha uma colega de mesmo nome. Ela era hutu e declarou ser apenas uma homônima, mas era muito mais alta que eu (o que aumentava a suspeita de ser tutsi), e disseram: 'Só há uma médica tutsi chamada Odette'. Então a prenderam e torturaram, e em 1994 foi de novo confundida com uma tutsi e assassinada."

Ao longo das primeiras semanas da guerra, o governo proclamou a população a manter a calma. Mas o falso ataque a Kigali e as prisões em massa emitiram uma mensagem diferente. Em 11 de outubro, apenas dez dias depois da invasão da FPR, funcionários públicos da aldeia de Kibilira, em Gisenyi, comunicaram aos hutus que seu trabalho comunal obrigatório naquele mês consistiria em combater os vizinhos tutsis, com quem eles haviam vivido em paz por pelo menos quinze anos. Os hutus foram para o trabalho ao som de cantos e tambores, e a chacina durou três dias; cerca de 350 tutsis foram mortos e 3 mil deixaram suas casas. Para aqueles cuja memória não alcança tão longe quanto a de Odette, o massacre de Kibilira é lembrado como o começo do genocídio.

Em 1987, um jornal chamado *Kanguka* começou a aparecer em Ruanda. *Kanguka* quer dizer "Desperte", e o jornal, editado por um hutu do sul e sustentado por um proeminente homem de negócios tutsi, era crítico em relação ao establishment de Habyarimana. Sua originalidade consistia em propor uma análise da vida ruandesa baseada na economia, e não no conflito étnico. A corajosa equipe do *Kanguka* sofria pressões constantes, mas o jornal era um sucesso junto ao pequeno público que tinha condições de lê-lo. Então, no início de 1990, madame Agathe Habyarimana convenceu vários líderes da *akazu* a lançar uma publicação concorrente. Eles não sabiam nada a respeito de imprensa, mas eram peritos em fraquezas humanas — especialmente vaidade e venalidade — e contrataram como editor um trambiqueiro nas horas vagas e autopropagandista em tempo integral chamado Hassan Ngeze, um ex-cobrador de ônibus que havia se estabelecido como comerciante, vendendo jornais e bebidas num posto de gasolina em Gisenyi, e daquele ponto privilegiado tornara-se um bem-humorado cronista das ruas para o *Kanguka*.

O jornal que Ngeze criou, *Kangura* — "Faça despertar" —, definia-se como "a voz que procura acordar e guiar a maioria do povo". Começou como pouco mais que uma paródia do *Kanguka*, com um formato idêntico, que levava muitos leitores a comprá-lo por engano. A artimanha foi facilitada pelo fato de que, na mesma época em que o *Kangura* surgiu, o governo recolheu vários números do *Kanguka*. Mas, para o gosto da *akazu*, o tom irreverente do jornal era demasiado parecido com o de seu concorrente, e aborrecia aos patrocinadores de Ngeze o fato de este dedicar grande parte das primeiras edições a ensaios fotográficos que enalteciam suas próprias qualidades. Em julho de 1990, quando as forças de segurança de Habyarimana detiveram o editor do *Kanguka*, sob a acusação de alta traição, fizeram uma encenação de isenção prendendo simultaneamente Hassan Ngeze por perturbação da ordem pública. O truque funcionou em di-

versos níveis. Grupos ocidentais de direitos humanos, como a Anistia Internacional, lançaram apelos conjuntos pela libertação dos dois editores, conferindo a Ngeze uma aura de mártir opo-sicionista, quando a verdade é que ele era um propagandista do regime que havia desmontado seus patronos. Ao mesmo tempo, a prisão ensinou a Ngeze que seu bem-estar dependia de ele ser um laço mais aplicado, lição que, como homem ambicioso que era, assimilou profundamente.

Em outubro de 1990, quando as prisões de Ruanda estavam sendo recheadas de supostos cúmplices da FPR, Ngeze foi libertado para relançar o *Kangura*. (O editor do *Kangura* permaneceu convenientemente trancafiado.) Com a guerra como pano de fundo, Ngeze alcançou um engenhoso equilíbrio entre sua persona de crítico do regime, legitimada pela prisão, e seu status secreto de agente da *akazu*. Mesmo quando conclamava os hutus a unirem-se em torno do presidente na luta contra a ameaça tutsi, ele repreendia o presidente por não conseguir liderar essa luta com empenho suficiente. Enquanto os membros do governo ainda se sentiam publicamente impedidos pela pressão internacional de falar abertamente na questão étnica, Ngeze publicava o que dizia serem documentos da FPR que supostamente "provavam" que o movimento rebelde era parte de uma antiga conspiração pela supremacia tutsi e pela submissão dos hutus a uma servidão feudal. Ele divulgava listas de proeminentes tutsis e cúmplices hutus que se haviam "infiltrado" nas instituições públicas, acusava o governo de trair a revolução, e conclamava a uma rigorosa campanha de "autodefesa" nacional para proteger as "conquistas" de 1959 e 1973. E fazia tudo isso com os custos de sua publicação cobertos por financiamento governamental, destinando a maior parte dos exemplares aos prefeitos de Ruanda, para que os distribuíssem gratuitamente.

Uma porção de novos periódicos havia aparecido em Ruanda em 1990. Todos, menos o *Kangura*, serviam como vozes relativamente moderadas, e todos, menos o *Kangura*, estão hoje esquecidos. Mais do que ninguém, Hassan Ngeze, o defensor da supremacia hutu com um toque populista, tirado da obscurida-

de pela mulher do presidente para representar o bobo da corte, estava compondo o script para a iminente cruzada hutu. Seria tolo duvidar de seu brilho como mercador do medo. Quando outro jornal publicou uma charge que mostrava Ngeze num divã, sendo psicanalisado pela "imprensa democrática" —

Ngeze: Estou doente, doutor!!

Psicanalista: Qual é a doença?!

Ngeze: Os tutsis... tutsis... tutsis!!!!!!

—, Ngeze recolheu-a e publicou-a no *Kangura*. Ele era uma dessas criaturas da destruição que transformam tudo o que é airdado nelas em suas próprias armas. Era engraçado, audacioso e, numa das sociedades mais reprimidas do mundo, representava o exemplo liberador de um homem que parecia não conhecer nenhum tabu. Como teórico racial, Ngeze fazia John Hanning Speke parecer o que de fato era: um amador. Ele era o protótipo escandaloso do hutu ruandês *génocidaire*, e seus imitadores e discípulos logo se tornaram uma legião.

Embora fosse membro praticante da pequena comunidade muçulmana de Ruanda — a única religião, segundo um líder cristão, que "aparentemente se comportou muito bem, e enquanto grupo não teve participação no genocídio, procurando até salvar tutsis muçulmanos" —, a verdadeira religião de Ngeze era o "humismo". Um famoso artigo seu, publicado em dezembro de 1990, era o credo dessa fé recentemente cristalizada: "Os Dez Mandamentos hutus". Em poucas e rápidas pinceladas, Ngeze revivia, revisava e reconciliava o mito hamítico e a retórica da revolução hutu para formular uma doutrina militante da pureza hutu. Os três primeiros mandamentos chamavam a atenção para a teimosa opinião, constantemente reafirmada pelo gosto de homens brancos estrangeiros e de hutus socialmente bem posicionados, de que a beleza das mulheres tutsis sobrepujava a das mulheres hutus. De acordo com os escritos de Ngeze, todas as mulheres tutsis eram agentes tutsis; homens hutus que casassem, tivessem amizade ou empregassem uma tutsi "como secre-

tária ou concubina" deveriam ser considerados traidores, e as mulheres hutus, por sua vez, eram convocadas a se precaver contra a atração dos homens hutus pelas mulheres tutsis. Do sexo, Ngeze passava a questões de negócios, declarando todo tutsi desonesto — "seu único objetivo é a supremacia de seu grupo étnico" — e acusando de inimigos de seu povo os hutus que tivessem relações financeiras com tutsis. O mesmo valia para a vida política; os hutus deveriam controlar "todas as posições estratégicas políticas, administrativas, econômicas, militares e de segurança". Os hutus eram além disso intimados a ter "unidade e solidariedade" contra "seu inimigo tutsi comum", a estudar e espalhar "a ideologia hutu" da revolução de 1959, e a ver como traidor qualquer hutu que "persegue seu irmão hutu" por estudar ou difundir essa ideologia.

"Os Dez Mandamentos hutus" circularam amplamente e tornaram-se imensamente populares. O presidente Habyarimana advogou sua publicação como prova da "liberdade de imprensa" em Ruanda. Líderes comunitários de todo o país davam a eles valor de lei, e liam-nos em voz alta em manifestações públicas. A mensagem não era propriamente nova, mas, diante de seu odor de guerra santa e suas implacáveis ameaças aos hutus negligentes, mesmo os menos sofisticados camponeses de Ruanda não podiam deixar de perceber que ela havia atingido um clímax de alarme totalmente novo. O oitavo e mais citado dos mandamentos dizia: "Os hutus têm de parar de sentir pena dos tutsis".

Em dezembro de 1990, o mesmo mês em que Hassan Ngeze publicou "Os Dez Mandamentos hutus", o *Kangura* saudava o presidente da França, François Mitterrand, com um retrato de página inteira, com a legenda: "O amigo se conhece na hora do aperto". A saudação era apropriada. Lutando ao lado das Forças Armadas Ruandesas (FAR) de Habyarimana, centenas de superequipados pára-quedistas franceses impediram a FPR de avançar além das primeiras posições conquistadas no

nordeste. Inicialmente, a Bélgica e o Zaire também mandaram tropas para apoiar a FAR, mas os zairenses eram tão propensos às bebedeiras, pilhagens e estupros que Ruanda logo pediu-lhes que fossem para casa, e os belgas resolveram se retirar por conta própria. Os franceses permaneceram, e seu impacto foi tamanho que depois do primeiro mês Habyarimana chegou a anunciar a derrota da FPR. Na verdade, as alquebradas forças rebeldes haviam meramente recuado em direção ao oeste, saindo das pastagens abertas do nordeste de Ruanda para estabelecer uma nova base nas recortadas encostas dos vulcões de Virunga, cobertas de floresta tropical. Ali — com frio, molhados e com suprimentos parcos — a FPR teve mais baixas pela pneumonia do que pelos combates, enquanto treinava novos recrutas para um feroz — e ferozmente disciplinado — exército de guerrilha que poderia ter rapidamente forçado Habyarimana a sentar-se na mesa de negociações, ou mesmo tê-lo levado à derrota total, se não fosse pela França.

Um acordo militar assinado em 1975 entre a França e Ruanda proibia expressamente o envolvimento de tropas francesas em combates, treinamento militar ou operações policiais no território ruandês. Mas o presidente Mitterrand gostava de Habyarimana, e o filho de Mitterrand, Jean-Christophe, um comerciante de armas e durante algum tempo comissário de assuntos africanos do Ministério do Exterior francês, também gostava dele. (À medida que a guerra se arrastava e os gastos militares drenavam as reservas de Ruanda, um comércio ilegal de drogas começou a se desenvolver no país; oficiais do exército estabeleceram plantações de maconha, e Jean-Christophe Mitterrand, segundo rumores amplamente espalhados, beneficiou-se do tráfico.) A França enviou grandes carregamentos de armas a Ruanda — até os massacres de 1994 — e, no começo de 1990, oficiais e tropas francesas serviram como auxiliares dos ruandeses, dirigindo tudo, do controle do tráfego aéreo ao interrogatório de prisioneiros da FPR, passando pelo combate na linha de frente.

Em janeiro de 1991, quando a FPR tomou a cidade-chave de Ruhengeri, base natal de Habyarimana, no noroeste do país,

tropas do governo, ajudadas por pára-quadristas franceses, expulsaram-nos de lá em menos de 24 horas. Alguns meses depois, quando o embaixador dos Estados Unidos em Ruanda sugeriu que o governo Habyarimana abolisse as carteiras de identidade étnica, o embaixador francês opôs-se à iniciativa. Paris via a África francófona como "*chez nous*", uma extensão virtual da pátria, e o fato de a FPR ter emergido da anglofona Uganda inspirou a antiga fobia francesa de uma ameaça anglo-saxônica. Protegido por esse cobertor de segurança imperial, Habyarimana e sua panelinha no poder ficavam livres para ignorar a FPR por longos períodos e concentrar-se em sua campanha contra o desarmado "inimigo doméstico".

Poucos dias depois da ocupação relâmpago de Ruhengeri, em janeiro de 1991, a FAR de Habyarimana simulou um ataque a um de seus próprios acampamentos militares no noroeste. A FPR foi responsabilizada e, em represália, um prefeito local organizou massacres dos bagogwe, um quase nômade subgrupo tutsi que subsistia em extrema pobreza; eles foram mortos em grandes quantidades, e o prefeito fez com que fossem enterrados em seu próprio quintal. Seguiram-se mais massacres; no final de março centenas de tutsis do noroeste haviam sido chacinados.

"Vivíamos realmente apavorados naquele período", recordou Odette. "Pensávamos que seríamos massacrados." Em 1989, quando foi demitida do hospital, Odette ficou furiosa com a rapidez com que pessoas em quem ela confiava como amigas viraram-lhe as costas. Um ano depois, olhava para trás e via esse período como os bons tempos de outrora. Como muitos tutsis de Ruanda, Odette primeiro reagiu à guerra com indignação diante dos refugiados rebeldes, por deixar em risco aqueles que ficaram no país. "Sempre achamos que os que estavam fora estavam bem estabelecidos e em situação melhor que a nossa", disse-me ela. "Tínhamos nos acostumado a ver nossa situação aqui como normal. Eu costumava dizer a meus primos: 'Por que voltar? Fiquem aí, vocês estão bem melhor aí fora'. E eles diziam: 'Odette, até você adotou o discurso de Habyarimana'. A FPR teve de nos mostrar que os refugiados sofriam, vivendo no exílio, e co-

meçamos a nos dar conta de que nesse tempo todo não havíamos pensado nesses exilados. Noventa e nove por cento dos tutsis não tinham a menor ideia de que a FPR iria atacar. Mas começamos a discutir o assunto, e percebemos que aqueles é que eram nossos irmãos e que os hutus com quem vivíamos não nos viam como iguais. Eles nos rejeitavam."

Quando Odette e seu marido, Jean-Baptiste, visitaram as milhares de tutsis presos, Jean-Baptiste recebeu uma chamada do secretário-geral de Inteligência, a quem ele considerava um bom amigo. O aviso de amigo do chefe da Inteligência foi: "Se você quer morrer, continue procurando essas pessoas".

Para aqueles que estavam na prisão, como Bonaventure Nyibizi, funcionário da missão da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) em Kigali, a expectativa de morte era ainda maior. "Eles estavam matando prisioneiros toda noite, e em 26 de outubro eu seria morto", disse-me ele. "Mas eu tinha cigarros. O sujeito chegou e disse: 'Você matar você', e eu lhe dei um cigarro. Então ele disse: 'Bem, nós estamos matando as pessoas a troco de nada e não vou mais matar você esta noite'. Havia pessoas morrendo todo dia sob tortura. Elas eram levadas e, quando as traziam de volta, estavam espancadas, feridas de baioneta, agonizando. Dormi com gente morta várias noites. Acho que o plano inicial era matar todo mundo na prisão, mas a Cruz Vermelha começou a registrar as pessoas, então ficou mais difícil. O regime queria manter uma boa imagem internacional."

Um dos melhores amigos de Bonaventure na prisão era um homem de negócios chamado Froduald Karamira. Bonaventure e Karamira vinham ambos de Gikarama, no sul, e eram tutsis de nascença. Mas, muito cedo na vida, Karamira havia adquirido documentos de identidade hutus, e havia se beneficiado deles como pudera; em 1973, quando Bonaventure foi expulso da escola por ser tutsi, Karamira, que frequentava a mesma escola, foi deixado em paz. "Mas o governo Habyarimana não gostava dos hutus de Gikarama, e Karamira além disso era rico, então eles o prenderam", explicou Bonaventure. "Ele era uma pessoa amável

ele não era assim. Tanta coisa estava mudando tão rapidamente, e ainda assim era difícil acreditar no tamanho da mudança."

Um dia, em janeiro de 1992, soldados visitaram a casa de Bonaventure em Kigali, enquanto ele e sua mulher estavam fora. "Arrombaram as portas", disse Bonaventure. "Pegaram tudo, amarraram os empregados e deixaram granadas com meu filho de nove meses. Ele ficou lá, brincando com uma granada na sala, durante três horas. Então alguém estava passando e viu. Meu filho não morreu por sorte."

Assim iam as coisas — um ataque aqui, um massacre ali — enquanto os hutus, cada vez mais organizados, estocavam armas, e milícias jovens hutus eram recrutadas e treinadas para a "defesa civil". Na vanguarda dessas milícias estava a *interahamwe* — "aqueles que atacam em grupo" —, que tinha suas origens nas torcidas organizadas de futebol patrocinadas por líderes do MRND e da *akazu*. O colapso econômico do final dos anos 80 havia deixado dezenas de milhares de jovens sem nenhuma perspectiva de emprego, dissipando-se na ociosidade e nos ressentimentos que a acompanham, e portanto prontos para ser recrutados. A *interahamwe* e os vários grupos que a imitavam e que acabaram sendo incorporados a ela promoviam o genocídio como se fosse uma brincadeira de carnaval. Os líderes jovens do Poder Hutu, rodando velozmente em suas motocicletas e ostentando os cortes de cabelo da moda, óculos escuros, paletós de pijama e roupas de colorido extravagante, pregavam a solidariedade étnica e a defesa civil a multidões cada vez maiores, em comícios em que o álcool circulava livremente, estandartes gigantes com retratos hagiográficos de Habyarimana tremulavam ao vento, e exercícios paramilitares eram conduzidos como se fossem os mais recentes e mais quentes passos de dança. O presidente e sua mulher frequentemente apareciam para ser ovacionados nesses espetáculos, enquanto, na surdina, membros da *interahamwe* organizavam-se em pequenos bandos divididos por bairro, faziam listas de tutsis e se afastavam para trei-

na prisão, sempre ajudando as pessoas, comprando cigarros, um lugar para dormir, cobertores. Quando saiu da prisão, antes de mim, minha mulher estava grávida de nosso primeiro filho, e ele foi visitá-la imediatamente. Depois de março de 1991, quando o governo libertou todos nós da prisão, eu o vi diversas vezes. Ele costumava vir à minha casa, ou ao meu escritório. Então, uma noite", Bonaventure estalou os dedos, "mudou completamente. Não podíamos mais conversar porque eu era um tutsi. Isso aconteceu com muitas pessoas. Mudaram tão rápido que a gente se perguntava: 'É a mesma pessoa?'"

No verão de 1991, a tão anunciada ordem multipartidária havia começado em Ruanda. Um salto dessa natureza, do totalitarismo ao livre mercado político, é tumultuado mesmo quando realizado por líderes sinceramente bem-intencionados, e em Ruanda a abertura política foi tramada com visível má-fé. A maior parte da dúzia de partidos que subitamente passaram a se digladiar por atenção e influência eram meros títeres do MRND de Habyarimana, criados pelo presidente e pela *akazu* para semear a confusão e fazer uma caricatura do sistema pluralista. Apenas um dos partidos de oposição genuína contava com uma filiação significativa de tutsis; os outros dividiam-se em reformistas confiáveis e extremistas hutus que rapidamente transformaram o "debate democrático" em uma cunha para polarizar ainda mais a já dividida coletividade ao apresentar a política em Ruanda como uma mera questão de autodefesa hutu. Nós contra eles — todos nós contra todos eles: qualquer pessoa que ousasse sugerir uma visão alternativa era um deles e podia se preparar para as consequências. E foi Froduald Karamira, o convertido ao hutuísmo, que deu a essa proposição sistemática, e à cacofonia do discurso ideológico que crepitava por trás dela, o entusiástico nome de Poder Hutu.

"Não sei exatamente o que aconteceu", disse-me Bonaventure. "Dizem que Habyarimana pagou-lhe dezenas de milhões para mudar de posição, e ele de fato tornou-se o cabeça da *Electro-Gaz*" — a empresa nacional de serviços públicos. "Tudo que se que se tornou um dos mais importantes extremistas, e que ante-

nar incêndio de casas, lançamento de granadas e confecção de porretes.

A brincadeira virou trabalho pela primeira vez para a *interahamwe* no início de março de 1992, quando a rádio Ruanda, estatal, anunciou a "descoberta" de um plano tutsi para massacrar hutus. Era pura notícia falsa, mas, em "autodefesa" preventiva, membros da milícia e moradores da região de Bugesera, ao sul de Kigali, assassinaram trezentos tutsis em três dias. Chacinas semelhantes ocorreram ao mesmo tempo em Gisenyi, e em agosto, pouco depois de Habyarimana — sob intensa pressão de organismos internacionais de ajuda — ter assinado um cessar-fogo com a FPR, tutsis foram massacrados em Kibuye. Naquele outubro, o cessar-fogo foi expandido por conta dos planos de formar um novo governo de transição que incluía a FPR; uma semana depois, Habyarimana fez um discurso rejeitando a trégua como "nada mais que um pedaço de papel".

Ainda assim, o dinheiro da ajuda externa continuou a ser despejado nos cofres de Habyarimana, e as armas continuaram a chegar — da França, do Egito, da segregacionista África do Sul. Ocasionalmente, quando os fornecedores de ajuda expressavam preocupação pelos assassinatos de tutsis, havia prisões, mas os detidos eram soltos em seguida; ninguém foi levado a julgamento, muito menos processado pelos massacres. Para acalmar a inquietação estrangeira, o governo retratava os massacres como atos "espontâneos" e "populares" de "raiva" ou "autoproteção". Os ruandeses sabiam que não era nada disso. Os massacres eram inevitavelmente precedidos por comícios de "conscientização", em que líderes locais, geralmente acompanhados de uma autoridade do governo provincial ou nacional, descreviam os tutsis como demônios — com chifres, cascos, rabos e tudo — e davam ordem para assassiná-los, de acordo com o jargão revolucionário, como um compromisso de "trabalho". As autoridades locais aproveitavam-se substancialmente dos massacres, tomando as terras e posses dos tutsis assassinados, e às vezes gozando de promoções se mostrassem entusiasmados especiais. Os assassinos civis também eram comumente agraciados com butins mais modestos.

Em retrospecto, os massacres do início dos anos 90 podem ser vistos como ensaios para o que os próprios defensores do huruísmo chamaram de "solução final" em 1994. Entretanto, o horror não tinha nada de inevitável. Com o advento do pluripartidarismo, o presidente havia sido forçado pela pressão popular a fazer concessões consideráveis aos opositores partidários de reformas, e foi necessário um esforço brutal do *entourage* extremista de Habyarimana para evitar que Ruanda resvalasse para a moderação. A violência foi a chave desse esforço. A *interahamwe* era financiada e supervisionada por um consórcio de líderes *akazu*, que comandavam também seus próprios esquadrões da morte, com nomes como Rede Zero e grupo Bala. Os três irmãos de madame Habyarimana, ao lado de um bando de coroneis e líderes da máfia dos negócios do noroeste, eram membros fundadores dessas milícias, que entraram em ação pela primeira vez junto com a *interahamwe* durante o massacre de Bugesera, em março de 1992. Mas a inovação mais crucial em Bugesera foi o uso do rádio na preparação do terreno para a chacina, e a radicalização da mensagem, do sugestivo nós contra eles para o categoricamente impositivo matar ou morrer.

O genocídio, no fim das contas, é um exercício na construção de uma comunidade. Uma ordem vigorosa e totalitária requer que o povo se encaixe nos planos dos líderes e, se o genocídio é o meio mais perverso e ambicioso para chegar a esse fim, é também o mais abrangente. Em 1994, Ruanda era vista em grande parte do mundo como um caso exemplar do caos e da anarquia associados a Estados em colapso. Na verdade, o genocídio era o produto da ordem, do autoritarismo, de décadas de teoria e doutrinação política moderna, e de um dos Estados mais meticulosamente administrados da história. E, por estranho que isso possa soar, a ideologia — ou o que os ruandeses chamam "a lógica" — do genocídio foi promovida como uma forma não de criar sofrimento, mas de aliviá-lo. O espectro de uma ameaça absoluta que requer uma erradicação absoluta enlaça o líder e o povo num forte abraço utópico, e o indivíduo — sempre um empecilho à totalidade — deixa de existir.

As massas de participantes dos massacres preparatórios do início dos anos 90 talvez tenham sentido pouco prazer em matar obedientemente seus vizinhos. Ainda assim, poucos se recusaram, e a resistência firme foi extremamente rara. Matar tutsis era uma tradição política na Ruanda pós-colonial; era algo que unia as pessoas.

Tornou-se um lugar-comum nos últimos cinquenta anos dizer que o assassinato em escala industrial do Holocausto põe em questão a noção de progresso humano, uma vez que a arte e a ciência podem levar direto a Auschwitz, através do famoso portão onde se lêem as palavras "O trabalho liberta". Sem toda aquela tecnologia, prossegue o argumento, os alemães não poderiam ter assassinado todos aqueles judeus. Entretanto, foram os alemães, não as máquinas, que realizaram a matança. Os líderes do Poder Hutu de Ruanda entenderam isso perfeitamente. Se você conseguisse manipular o povo que manipularia os facões, o subdesenvolvimento tecnológico não seria um obstáculo ao genocídio. O povo era a arma, e isso significava todo mundo: a população hutu inteira tinha de matar a população tutsi inteira. Além de assegurar uma vantagem numérica óbvia, esse arranjo eliminava qualquer questão sobre responsabilidade que pudesse ser levantada. Se todo mundo está envolvido, atribuir responsabilidades perde o sentido. Responsabilidade em quê? Um hutu que pensasse que havia alguma coisa pela qual se pudesse ser responsabilizado teria de ser um cúmplice do inimigo.

"Nós, o povo, somos obrigados a tomar para nós a responsabilidade de liquidar essa escória", explicou Leon Mugesera, em novembro de 1992, no mesmo discurso em que conclamou os hutus a mandar os tutsis de volta à Etiópia pelo rio Nyabarongo. Mugesera era um médico, vice-presidente do MRND e amigo íntimo e conselheiro de Habyarimana. Sua voz era a voz do poder e muitos ruandeses ainda são capazes de citar com precisão trechos de seu famoso discurso; membros da *interahamwe* freqüentemente recitavam suas frases favoritas enquanto par-

tiam para os massacres. A lei, clamou Mugesera, condena à morte os "cúmplices" das "baratas". "O que vocês estão esperando para executar a sentença?", perguntou. Membros dos partidos de oposição, disse ele, "não têm o direito de viver entre nós". Como líder "do Partido", invocou seu dever de espalhar o alerta e instruir o povo a "defender a si próprio". Quanto às "baratas", se perguntou: "O que estamos esperando para dizimar essas famílias?". Apelou àqueles que haviam prosperado sob Habyarimana para que "financiassem operações para a eliminação dessa gente". Falou sobre 1959, dizendo que fora um erro terível deixar os tutsis sobreviverem. "Destruam-nos", disse. "Não importa o que vocês façam, não os deixem escapar", e acrescentou: "Lembre-se de que aquela pessoa cuja vida você poupa certamente não poupará a sua". Ele terminou o discurso com as palavras: "Acabem com eles. Longa vida ao presidente Habyarimana".

Mugesera havia falado em nome da lei, mas aconteceu que o ministro da Justiça na época era um homem chamado Stanislas Mbonampeka, que via as coisas de outro modo. Mbonampeka era um homem talentoso: um próspero hutu do noroeste, dono de metade das ações de uma fábrica de papel higiênico, e também um opositorista, advogado e defensor dos direitos humanos que ocupava a alta hierarquia do Partido Liberal, o único partido opositorista que contava com um considerável contingente tutsi. Mbonampeka estudou o discurso de Mugesera e emitiu uma ordem de prisão contra ele por incitação ao ódio. Claro que Mugesera não foi para a cadeia — ele recorreu à proteção do exército, depois emigrou para o Canadá — e Mbonampeka logo foi demitido do cargo de ministro. No início de 1993, todos os novos partidos de oposição haviam se dividido em duas facções — Poder e anti-Poder — e Mbonampeka optou pelo Poder. Em pouco tempo, ele podia ser ouvido na rádio Ruanda, ameaçando a FPR: "Parem de guerrear se vocês não quiserem que seus apoiadores que vivem em Ruanda sejam exterminados".

No verão de 1995, encontrei Mbonampeka vivendo num quartinho desmazelado no Alojamento Protestante de Goma, no Zaire, a cerca de 1,5 quilômetro de distância da fronteira ruandesa. "Numa guerra", disse-me ele, "você não pode ser neutro. Se você não ficar do lado do seu país, não estará do lado de seus agressores?" Mbonampeka era um homem grande de gestos calmos e seguros. Usava óculos de aro de metal dourado, calças justas e uma camisa listrada de rosa e branco, e ostentava o título absurdo de ministro da Justiça do governo de Ruanda no exílio — um grupo autoconstruído, composto em sua maior parte de autoridades do regime que haviam comandado o genocídio. Mbonampeka não estava no governo em 1994, mas havia atuado informalmente como seu agente, defendendo a causa hutu tanto no país como na Europa, e via isso como um desenvolvimento normal de carreira.

"Eu disse que Mugesera devia ser preso porque ele jogava as pessoas umas contra as outras, o que é ilegal, e disse também que, se a FPR continuasse a lutar, teríamos de acionar a defesa civil", contou-me Mbonampeka. "Essas posições são coerentes. Em ambos os casos eu estava defendendo meu país." E acrescentou: "Pessoalmente, não acredito no genocídio. Essa não era uma guerra convencional. Os inimigos estavam em toda parte. Os tutsis não foram mortos como tutsis, mas apenas como simpatizantes da FPR".

Especulei se teria sido difícil distinguir os tutsis com simpatias pela FPR dos demais. Mbonampeka disse que não. "Não havia diferença entre o étnico e o político", disse-me ele. "Novecenta e nove por cento dos tutsis eram pró-FPR".

Até as avós senis e crianças? Até os fetos arrancados do ventre das tutsis, depois que o rádio recomendou aos ouvintes ter o cuidado especial de estrupar vítimas grávidas?

"Pense bem", disse Mbonampeka. "Digamos que os alemães ataquem a França, e a França se defenda da Alemanha. Eles entendem que todos os alemães são inimigos. Os alemães matam mulheres e crianças, então eles fazem a mesma coisa."

Ao ver o genocídio, mesmo negando sua existência, como

uma extensão da guerra entre a FPR e o regime de Habyarimana, Mbonampeka parecia estar alegando que o extermínio sistemático de todo um povo, sustentado pelo Estado, é um crime provocável — a culpa é das vítimas, tanto quanto dos executores. Mas, embora o genocídio tenha coincidido com a guerra, sua organização e sua implementação foram muito distintas do esforço de guerra. Na verdade, a mobilização para a campanha final de extermínio só adquiriu força máxima quando o Poder Hutu se confrontou com a ameaça de paz.

Em 4 de agosto de 1993, num centro de conferências em Arusha, na Tanzânia, o presidente Habyarimana assinou um acordo de paz com a FPR, dando oficialmente fim à guerra. Os chamados Acordos de Arusha garantiam o direito de regresso aos exilados de Ruanda, prometiam a integração dos dois exércitos em conflito numa única força nacional de defesa e estabeleciam o projeto de um amplo governo de transição, composto de representantes de todos os partidos políticos nacionais, incluindo a FPR. Habyarimana continuaria presidente até que se realizassem eleições, mas seu poder seria basicamente formal. E, o que é crucial, durante o período de implementação da paz, uma força de paz das Nações Unidas atuaria em Ruanda.

A FPR nunca tivera a esperança de vencer sua guerra no campo de batalha; seu objetivo havia sido forçar um acordo político, e parecia tê-lo conseguido em Arusha. "Você usa a guerra quando não há outro caminho, e Arusha abriu um caminho para lutar politicamente", disse-me Tito Ruteremara, um dos líderes da FPR que negociaram os Acordos. "Com Arusha nós poderíamos entrar em Ruanda. Se tivéssemos boas idéias e uma ótima organização, obteríamos sucesso. Se fracassássemos, isso significaria que nossas idéias não eram boas. A luta não era étnica, era política, e Habyarimana nos temia porque éramos fortes. Ele nunca quis a paz, porque percebia que podíamos ser politicamente bem-sucedidos."

Para Habyarimana, era certo que os Acordos de Arusha

equivaliam a uma nota de suicídio político. Os líderes do Poder Hutu queixaram-se de traição, e acusaram o próprio presidente de ter se tornado um "cúmplice". Quatro dias depois de assinatura dos acordos em Arusha, a Radio Television Libres des Milles Collines, uma nova emissora de rádio fundada por membros e simpatizantes da *Akazu*, e dedicada à propaganda genocida, começou a transmitir de Kigali. A RTLM era um *Kangura* das ondas sonoras; seu alcance era praticamente ilimitado numa Ruanda impregnada pelo rádio, e ela se tornou tremendamente popular com sua mistura de oratória inflamada e canções de astros pop do Poder Hutu, como Simon Bikindi, cujo maior sucesso era provavelmente "Eu odeio esses hutus", uma canção da "boa vizinhança":

*Odeio esses hutus, esses hutus arrogantes, fanfarrões, que desprezam
[outros hutus, caros camaradas...]*

*Odeio esses hutus, esses hutus des-burruizados, que repudiam sua iden-
[tidade, caros camaradas.]*

*Odeio esses hutus, esses hutus que marcham cegamente, como imbecis,
essa espécie de hutus ingênuos que são manipulados, que se destroem,
[enviando numa guerra cuja causa eles ignoram.]*

*Detesto esses hutus que são levados a matar,
a matar, juro a vocês,
e que matam os hutus, caros camaradas.
Odeio-os, tanto melhor...*

E assim por diante. É uma canção muito comprida.

"Quem pensa que os Acordos de Arusha acabaram com a guerra está enganando a si mesmo", alertou Hassan Ngeze no *Kangura*, em janeiro de 1994. Ngeze havia vociferado desde o começo que Arusha era uma traição, e com a chegada dos capangas-azuis da Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda, no final de 1993, ele passou a ter um novo alvo. A missão proclamava Ngeze, não passava de um instrumento "para ajudar a FPR a tomar o poder pela força". Mas, lembrava ele a seus líderes, a história mostrava que tais pacificadores geralmente eram

covardes, inclinados a "assistir como espectadores" quando explodia a violência. Previra que haveria muito a assistir; e aconselhava explicitamente a missão a ficar de fora. "Se a FPR decidiu nos matar, então deixem que nos matemos uns aos outros", clamava. "Deixem ferver o que está cozinhando, seja o que for. [...] A essa altura, muito sangue vai ser derramado."

Em 1991, Odette havia deixado seu emprego no hospital para servir como médica da missão da Força de Paz dos Estados Unidos em Kigali. Dois anos depois, quando Washington suspendeu o programa em Ruanda, Odette pôs seus filhos numa escola em Nairóbi e assumiu diversos encargos de curto prazo para a Força de Paz — no Gabão, no Quênia e no Burundi. Ela gostava de estar no Burundi, porque era fácil visitar a família em casa e porque o Burundi parecia ter se tornado, finalmente, um país onde os hutus e os tutsis estavam empenhados em dividir o poder pacificamente. Em agosto de 1993, depois de quase trinta anos de brutal ditadura tutsi, um hutu foi empossado como o primeiro presidente eleito democraticamente no Burundi. A transferência de poder foi realizada sem traumas, e o Burundi foi saudado interna e externamente como um farol de esperança para a África. Então, em novembro, quatro meses depois da posse do novo presidente, alguns militares tutsis o assassinaram. A morte do presidente desencadeou um levante hutu e uma repressão violenta por parte do exército tutsi, que acabou resultando na morte de pelo menos 50 mil pessoas. A violência no Burundi levou água ao moinho dos semeadores do medo do Poder Hutu, que alardearam as notícias como prova da destituição de tutsi, mas isso deixou Odette sem emprego.

Ela não queria voltar a Kigali. Com Habyarimana resistindo à implementação dos Acordos de Arusha, os ataques a opo-
sicionistas hutus e tutsis tornavam-se cada vez mais frequentes, e Odette só precisava sintonizar seu rádio na RTLM para sentir

"Estávamos apresentando alguma coisa ruim, em todo o país", contou-me Paul Rusesabagina, gerente do Hôtel des Diplomates, em Kigali. "Qualquer um podia ver que havia alguma coisa errada em algum lugar. Mas não conseguíamos ver exatamente o que era." Paul, um hutu, era um crítico independente do regime de Habyarimana. Descrevia a si próprio como "sempre na oposição". Em janeiro de 1994, depois de ter sido atacado em seu carro, ele havia se mudado para um hotel por um tempo, e em seguida partira de férias para a Europa com a mulher e o filho de um ano. Quando me contou que haviam voltado a Kigali em 30 de março, ele riu, e seu rosto assumiu uma expressão de espanto. "Eu precisava voltar para trabalhar", disse. "Mas dava para perceber que foi um erro."

Bonaventure Nyibizi contou-me que sempre se perguntava por que não havia deixado Ruanda naqueles dias. "Provavelmente a razão principal era minha mãe", disse ele. "Estava ficando velha e eu provavelmente sentia que seria difícil tirá-la de casa sem saber para onde ir. E tínhamos a esperança de que as coisas melhorassem. Além disso, desde que eu nasci, desde que tinha quatro ou cinco anos, vi casas serem destruídas, pessoas serem assassinadas, de poucos em poucos anos, 64, 66, 67, 73. Então, provavelmente eu disse a mim mesmo que a coisa não ia ser séria. É — mas obviamente eu sabia que a coisa ia ser séria."

Em 2 de abril, cerca de uma semana depois do sonho de Odette com destruição, Bonaventure foi de carro a Gitarama para visitar a mãe. Na volta para casa, parou num bar de beira de estrada, do qual era co-proprietário Froduald Karamira, seu companheiro de prisão convertido em líder do Poder Hutu. Bonaventure pediu uma cerveja e conversou um bom tempo com o barman sobre como Karamira havia mudado e sobre os rumos do país. O barman disse a Bonaventure que Karamira andava dizendo que todo mundo deveria seguir o Poder Hutu e Habyarimana, e que depois eles iam se livrar de Habyarimana. "Perguntei-lhe como", recordou-se Bonaventure. "Eu disse: 'Vocês estão dando um bocado de poder a Habyarimana; como esperam se livrar dele?'" Bonaventure riu e disse: "Ele não quis me contar."

Hassan Ngeze estava dizendo a todo mundo que comprasse seu jornal. Na edição de março do *Kangura*, ele exibia a grande manchete: "Habyarimana vai morrer em março". Abaixo, uma charge retratava o presidente como amigo dos tutsis e cúmplice da FPR, e o texto da matéria explicava que ele não seria "morto por um tutsi", mas por um "hutu comprado pelas baratas". O *Kangura* propunha um cenário espantosamente semelhante aos esquemas descritos pelo informante no fax de Dallaire — o presidente assassinado "durante uma celebração pública" ou "durante um encontro com seus líderes". O artigo começava com as palavras "Nada acontece sem que tenhamos previsto" e terminava dizendo: "Ninguém preza mais a vida de Habyarimana que ele próprio. O importante é contar-lhe como será assassinado".

Na noite de 6 de abril de 1994, Thomas Kamilindi estava de ótimo humor. Sua mulher, Jacqueline, havia feito um bolo para um jantar festivo na casa do casal, em Kigali. Era o aniversário de 33 anos de Thomas, e naquela tarde ele havia completado seu último dia de trabalho como repórter da rádio Ruanda. Depois de dez anos na emissora estatal, Thomas, que era um hutu, havia se demitido em protesto contra a falta de equilíbrio político do noticiário. Estava tomando uma ducha quando Jacqueline começou a socar a porta do banheiro. "Depressa!", ela gritava. "O presidente foi atacado!" Thomas trancou as portas de sua casa e sentou-se junto ao rádio, sintonizando a RTLM. Ele não gostava da violenta propaganda da estação do Poder Hutu, mas do jeito que as coisas iam em Ruanda aquela propaganda servia freqüentemente como uma previsão precisa da meteorologia política. Em 3 de abril, a RTLM havia anunciado que durante os três dias seguintes "haverá alguma coisa aqui em Kigali, e também em 7 e 8 de abril vocês ouvirão o som das balas ou granaças explodindo". Agora a emissora estava dizendo que o avião

do presidente Habyarimana, voltando de Dar es Salaam, na Tanzânia, havia sido derrubado ao sobrevoar Kigali e se espatifado no terreno de seu próprio palácio. O novo presidente hutu do Burundi e vários altos conselheiros de Habyarimana também estavam a bordo. Não havia sobreviventes.

Thomas, que tinha amigos bem situados, ouvira que massacres de tutsis em larga escala estavam sendo preparados nacionalmente pelo *entourage* extremista do presidente, e que listas de opositores hutus haviam sido redigidas para a primeira leva de assassinatos. Mas ele nunca havia imaginado que o próprio Habyarimana pudesse ser atingido. Se o Poder Hutu o havia sacrificado, quem estava a salvo?

A rádio normalmente saía do ar às dez, mas naquela noite ela continuou transmitindo. Quando cessaram os boletins, começou a tocar música, e para Thomas a música, que continuou ao longo de sua noite insone, confirmava que havia se desengado o pior em Ruanda. Na manhã seguinte, bem cedo, a RTLM começou a responsabilizar a Frente Patriótica de Ruanda e membros da Unamir pelo assassinato de Habyarimana. Mas, se Thomas tivesse acreditado naquilo, ele estaria ao microfone, e não junto ao aparelho receptor.

Odette e Jean-Baptiste também estavam ouvindo a RTLM. Eles tomavam uísque com uma visita, quando um amigo telefonou para dizer-lhes que sintonizassem a emissora. Eram 20h18, recordou Odette, e a rádio anunciou que o avião de Habyarimana fora visto caindo em chamas sobre Kigali. A reação imediata de Jean-Baptiste foi: "Vamos embora. Todo mundo para o jipe, ou seremos massacrados". Sua idéia era partir rumo ao sul, para Butare, a única província com um governador tutsi e um bahuarte do sentimento anti-Poder Hutu. Quando Jean-Baptiste mostrou tamanha firmeza, a visita deles disse: "OK, eu também vou. Estou indo embora daqui. Fiquem com seu uísque". Odette sorriu quando me contou isso. Ela disse: "Esse homem gostava do seu uísque. Era deficiente físico, e viera me trazer seu novo televisor, porque meu marido é muito generoso, havia dado a ele dinheiro para comprá-lo. Sendo deficiente, co-

tumava dizer: 'Vou morrer se não tiver uma televisão para assistir'. Infelizmente não chegou a assistir sua tevê. Foi assassinado naquela noite".

Odette enxugou os olhos e disse: "Essa é uma história que trago dentro de mim — sobre esse sujeito deficiente — porque ele estava tão feliz com sua tevê". Ela sorriu de novo. "Pois é. Pois é. Pois é." Foi a única vez em que ela chorou ao me contar sua história. Cobriu o rosto com uma das mãos, e tamborilou na mesa com os dedos da outra. Então disse: "Vou pegar uns refrigerantes para nós". Voltou depois de cinco minutos. "Agora estou melhor", disse. "Foi esse sujeito deficiente — Dusabi era seu nome — que me entristeceu. É duro recordar essas coisas, mas eu penso nelas todos os dias. Todos os dias."

Então ela me contou sobre o resto daquela "primeira" noite em abril. Jean-Baptiste estava impaciente para partir. Odette disse que tinham de pegar a irmã dela, Vénantie, que era um dos poucos representantes tutsis no Parlamento. Mas Vénantie deixou-os esperando. "Estava dando telefonemas, falando com todo mundo", disse Odette. "Finalmente Jean-Baptiste disse a ela: 'Vamos ter de deixar você'. Vénantie disse: 'Não podem fazer isso. Como vão se sentir pelo resto da vida se eu for morta?'. Eu disse: 'Por que você não vem?'. Ela respondeu: 'Se Habyarimana está morto, quem vai nos matar? Ele era o homem'. Então a RTLM anunciou que todo mundo devia permanecer em casa, o que era exatamente o que Jean-Baptiste havia temido. Ele vestiu seu pijama e disse: "Quem sobreviver vai lamentar pelo resto da vida o fato de ter ficado".

No dia seguinte, a família ouviu tiros nas ruas e começou a receber notícias sobre o massacre. "Crianças telefonavam para dizer: 'Mãe e papai morreram'. Um primo ligou com notícias parecidas", disse Odette. "Tentamos descobrir como chegar a Gitarama, onde a situação ainda estava calma. As pessoas sempre acham que sou louca quando conto isso, mas telefonei ao governador. Ele perguntou: 'Por que você quer vir?'" Odette contou-lhe que um primo seu tinha morrido em Gitarama e que eles tinham de comparecer ao enterro. O governador disse: "Se

ele está morto, não vai sofrer, e se você tentar vir poderá morrer no caminho”.

“Em 6 de abril”, relatou-me Paul Rusesabagina, o gerente de hotel, “eu estava aqui no Diplomes, tomando um drinque no terraço, quando Habyarimana foi assassinado. Mas minha mulher e meus quatro filhos estavam em casa — morávamos perto do aeroporto —, e minha mulher ouviu o míssil que atingiu o avião. Ela ligou para mim e me contou: ‘Acabo de ouvir alguma coisa que nunca ouvi antes. Tente de voltar para casa imediatamente’.”

Um militar que estava hospedado no hotel viu Paul saindo e aconselhou-o a evitar seu caminho habitual, porque já havia um comando bloqueando a rua. Paul ainda não sabia o que aconteceria. Dirigindo para casa, ele viu as ruas desertas, e tão logo chegou o telefone tocou. Era o holandês que administrava o Hôtel des Milles Collines, de propriedade da Sabena, a mesma companhia belga dona do Diplomes. “Volte para a cidade imediatamente”, ele disse a Paul. “Seu presidente morreu.” Paul telefonou a conhecidos da Unamir para pedir uma escolta. “Disseram-lhe: ‘De jeito nenhum. Há bloqueios por toda Kigali, e as pessoas estão sendo mortas nas ruas’”, contou-me Paul. “Isso foi uma hora depois do assassinato do presidente — só uma hora.”

Ninguém, naquele momento, sabia ao certo quem estava na chefia no governo acéfalo, mas os bloqueios nas estradas, o tom confiante dos locutores da RTLM e os relatos de matanças nas ruas deixavam poucas dúvidas de que o Poder Huru estava perpetrando um golpe de Estado. Estava mesmo. Embora os assassinos de Habyarimana nunca tenham sido positivamente identificados, as suspeitas recaíam sobre os extremistas no seio de seu próprio *entourage* — notadamente o semi-aposentado coronel Théoneste Bagasora, íntimo de madame Habyarimana e sócio-fundador da *akazu* e de seus esquadrões da morte, que havia declarado em janeiro de 1993 que estava preparando o apocalips-

Mas, independentemente de quem matou Habyarimana, o fato é que os organizadores do genocídio estavam preparados para explorar sua morte instantaneamente. (Enquanto a elite do Poder Huru de Ruanda passava a noite acionando o mecanismo do genocídio, no Burundi, cujo presidente também havia sido morto, o exército e as Nações Unidas transmitiam apelos pela manutenção da calma, e dessa vez o Burundi não explodiu.)

No início da noite de 6 de abril, o coronel Bagasora havia jantado como convidado do batalhão de Bangladesh da Unamir. Uma hora depois da morte do presidente, ele estava presidindo uma reunião de um autoproclamado “comitê de crise”, um grupo composto majoritariamente de militares, na qual o Poder Huru ratificou seu próprio golpe e, como o general Dallaire e o representante especial do secretário-geral da ONU estavam presentes, prometeu dar prosseguimento às decisões de Arusha. A reunião acabou por volta da meia-noite. A essa altura a capital já fervilhava de soldados, *interahamwe* e membros da guarda presidencial de elite, equipados com listas de pessoas a serem mortas. A prioridade máxima dos assassinos era eliminar líderes opositores hutus, incluindo o primeiro-ministro hutu, Agathe Uwilingiyimana, cuja casa era uma das muitas que foram cercadas no amanhecer de 7 de abril. Um contingente de dez soldados belgas da Unamir chegou ao local, mas o primeiro-ministro fugiu pelo jardim e foi assassinado nas proximidades. Antes que os belgas pudessem sair dali, um oficial ruandês chegou e ordenou que entregassem suas armas e o acompanhassem. Os belgas, em inferioridade numérica, foram levados a Camp Kigali, a base militar do centro da cidade, onde ficaram detidos por várias horas e depois foram torturados, mortos e mutilados.

Depois disso, desencadeou-se o extermínio dos tutsis por atacado, e as tropas das Nações Unidas ofereceram pouca resistência aos assassinos. Governos estrangeiros apressaram-se em fechar suas embaixadas e evacuar os cidadãos de seus países. Os ruandeses que imploravam asilo eram abandonados, exceto por uns poucos casos especiais, como madame Habyarimana, que foi parar em Paris por obra de transporte militar francês. A FPR, que

havia permanecido preparada para o combate durante o empacado período de implementação da paz, retomou suas ações de guerra menos de 24 horas depois da morte de Habyarimana, movendo as tropas de seus acampamentos em Kigali para assegurar uma área de terreno elevado em torno do Parlamento, e desfechando simultaneamente uma grande ofensiva a partir da "zona desmilitarizada" do nordeste. O exército do governo revelou ferocidade, permitindo às pessoas do povo que prosseguissem seu trabalho assassino. "Vocês, baratas, têm de saber que são feitos de carne", vociferava um locutor na RTLM. "Não deixaremos vocês matarem. Mataremos vocês."

Com o incentivo de tais mensagens e de líderes em todas as camadas da sociedade, a matança de tutsis e o assassinato de opositores hutus espalhavam-se de uma região a outra. Seguindo o exemplo das milícias, jovens e velhos hutus engajaram-se na tarefa. Vizinhos matavam vizinhos a facadas em suas casas, colegas matavam colegas a facadas em seus locais de trabalho. Médicos matavam seus pacientes e professores matavam seus alunos. Em poucos dias, as populações tutsis de muitas aldeias estavam praticamente eliminadas, e em Kigali prisioneiros eram soltos para integrar equipes de trabalho encarrregadas de recolher cadáveres das sarjetas. Por toda Ruanda, estupros e saques em massa acompanharam a matança. Bandos de milicianos bêbados, estimulados por drogas das farmácias saqueadas, eram levados de ônibus de massacre em massacre. Locutores de rádio lembravam aos ouvintes que não tivessem pena de mulheres e crianças. Como um incentivo extra aos assassinos, os pertences dos tutsis eram loteados antecipadamente — o rádio, o sofá, a cabra, a oportunidade de estuprar uma garota. Conta-se que uma mulher que participava de um conselho de bairro oferecia cinquenta francos ruandeses (cerca de trinta centavos de dólar na época) por cabeça de tutsi rachada, uma prática conhecida como "venda de repolho".

Na manhã de 9 de abril, Paul Rusesabagina, que havia ficado preso em sua casa pelo toque de recolher permanente, viu alguém escalando o muro e pulando para dentro de seu jardim

essa gente veio para me pegar, pensou ele, é melhor que eu morra sozinho antes que meus filhos, minha mulher e todo mundo aqui sejam mortos. Saiu para o jardim e soube que o "comité de crise" do coronel Bagasora acabara de designar um novo "governador interino", composto inteiramente por titeres leais ao Poder Hutu. Esse governo queria fazer do Hôtel des Diplomates seu quartel-general, mas todos os quartos do hotel estavam trancados e as chaves, num cofre no escritório de Paul. Vinte soldados haviam sido enviados para buscá-lo. Paul juntou sua família, amigos e vizinhos que haviam buscado refúgio em sua casa, cerca de trinta pessoas ao todo, e eles saíram de carro com sua escolta. Viram-se no meio de uma cidade arrasada — "horível", disse Paul, "nossos vizinhos estavam todos mortos" — e eles não tinham percorrido nem um quilômetro quando sua escolta subitamente encostou no meio-fio e parou.

"Senhor", disse um dos soldados, "o senhor sabia que todos os gerentes de negócios estão sendo mortos? Nós os matamos todos. Mas o senhor está com sorte. Não vamos matá-lo hoje, porque fomos enviados para buscá-lo e levá-lo para o governo." Recordando esse discurso, Paul deu uma risada feita de pequenos arquejos. "Estou lhe dizendo", contou. "Eu suava. Comecei a negociar, dizendo a eles: 'Ouçam, matar não leva a nada. Não traz nenhuma vantagem para vocês. Se eu lhes der algum dinheiro, vocês saem ganhando, pois vão comprar o que quiserem. Mas, se vocês matam alguém — este velho, por exemplo, que está com sessenta anos e terminou sua vida neste mundo —, o que ganham com isso?' Estacionado à beira da estrada, Paul negociou nessa linha por pelo menos uma hora, e antes de receber permissão para seguir caminho já havia perdido mais de quinhentos dólares.

Em 1993, quando a Sabena promoveu Paul a diretor-geral do Diplomates, ele foi o primeiro ruandês a chegar tão alto na hierarquia da companhia belga. Mas em 12 de abril de 1994 — três dias depois de ter mudado para o hotel com o novo governo genocida —, quando o holandês que administrava o Hôtel des Milles Collines chamou Paul para dizer que, como europeu,

havia arranjado sua própria evacuação, ficou claro que, como ruandês, Paul seria deixado para trás. O holandês pediu a Paul, que havia trabalhado no Milles Collines de 1984 a 1993, que tomasse conta do hotel em sua ausência. Ao mesmo tempo, o governo do Poder Huru no Hôtel des Diplomates decidiu subitamente fugir de Kigali, onde os combates com a FPR estavam se intensificando, e instalar-se em Gitarama. Um comboio fortemente armado estava sendo preparado para a jornada. Paul lotou com sua família e amigos uma van do hotel e, quando o comboio do governo pôs-se em movimento, entrou na sua rua beira, seguindo-o como se fizesse parte dele, até que, ao passar pelo Milles Collines, desviou e entrou na alameda que levava a seu novo lar.

Era uma estranha cena no Milles Collines, o principal hotel de Kigali, um ícone de prestígio e luxo internacional, onde os empregados vestiam *libré* e uma diária custava 125 dólares — cerca de metade da renda *per capita* anual em Ruanda. Os hóspedes incluíam alguns oficiais das Forças Armadas ruandesas e da Unamir, e centenas de cidadãos locais em busca de asilo — em sua maioria, bem posicionados ou bem relacionados tutsis e opositores hutus e suas famílias, que estavam oficialmente marcados para morrer, mas que haviam, graças a conexões, sobrevivido ou pura sorte, conseguido chegar vivos ao hotel, esperando que a presença da ONU os protegesse.

Uns poucos jornalistas estrangeiros ainda estavam no hotel quando Paul chegou, mas foram evacuados dois dias depois. Josh Hammer, um correspondente da *Newsweek* que passou 24 horas em Kigali entre 13 e 14 de abril, recordava-se de haver ficado em pé junto a uma janela do Milles Collines com alguns dos tutsis refugiados no hotel, a observar uma gangue da *interahamwe* que descia correndo a rua: "Você podia literalmente ver o sangue gotejando de seus porretes e facões". Quando Hammer saiu com colegas para explorar a cidade, não conseguiram percorrer mais do que dois ou três quarteirões antes de serem barrados e mandados de volta pela *interahamwe*. Nos bloqueios militares, contou, "eles deixavam você passar, e acenavam, en-

você ouvia dois ou três tiros, voltava e via que havia novos cadáveres". No dia da visita de Hammer, um caminhão da Cruz Vermelha, lotado de tutsis feridos que seriam levados ao hospital, foi parado num bloco da *interahamwe*, e todos os tutsis foram punidos para fora e massacrados "no ato". O estrondo distante da artilharia da FPR agitava o ar, e quando Hammer subiu ao res-taurante na cobertura do Milles Collines, soldados do governo bloqueavam as portas. "Parecia que todo o comando militar estava lá, arquitetando estratégias de genocídio", disse ele.

Então os jornalistas partiram para o aeroporto com um comboio da Unamir, e Paul ficou para cuidar de um hotel lotado pelos condenados. Exceto pela proteção basicamente simbólica proporcionada por um punhado de soldados das Nações Unidas, o Milles Collines estava fisicamente sem defesas. Líderes do Poder Huru e oficiais da FAR entravam e saíam livremente, bandos da *interahamwe* cercavam o jardim do hotel, as cinco linhas telefônicas do painel de comando do hotel estavam cortadas, e à medida que o número de refugiados espremidos nos quartos e corredores chegava perto de mil, anunciava-se periodicamente que seriam todos massacrados. "Algumas vezes", disse-me Paul, "eu me senti morto."

"Morto?" perguntei. "Como se já tivesse morrido?" Paul pensou por um momento, e então disse: "Sim".

Na manhã anterior à mudança de Paul para o Milles Collines, Odette e Jean-Baptiste tentaram ir embora de Kigali. Eles vinham pagando trezentos dólares por dia a três policiais vizinhos em troca de proteção, e estavam quase sem dinheiro. Odette havia assinado cheques de viagem no valor de vários milhares de dólares, mas os policiais desconfiavam desse tipo de pagamento. Odette temia que pudessem descobrir sua irmã, Vénantie, quando o dinheiro acabasse. Depois de ficar escondida por três dias num galinheiro que pertencia a algumas freiras vizinhas, Vénantie saiu, dizendo que preferia morrer a ficar lá dentro. Odette já havia ficado sabendo que pelo menos uma de suas

mais irônica que fosse a pergunta, ela continuava sendo um insulto de um tipo ao qual os ruandeses não estão acostumados.

O que o fato de ser negro tinha a ver com o que quer que fosse em Ruanda? Esse podia ser um problema na África do Sul, mas, com exceção de um punhado de residentes estrangeiros, todo mundo em Ruanda — burro ou inteligente, feio ou bonito, maioria ou minoria — é negro, e a fixação do arcebispo no assunto sugeria uma visão de fora do drama do país, que punha no mesmo saco agressores e agredidos, como cúmplices da desgraça de Ruanda.

"Estou aqui como africano", Tutu explicou depois a uma reunião de líderes nacionais e diplomatas. "Estou aqui como alguém que, queira ou não, compartilha da vergonha, da desgraça, dos fracassos da África, porque sou um africano. E o que acontece aqui, o que acontece na Nigéria, onde for — torna-se parte da minha experiência."

Um membro do Parlamento sentado ao meu lado revirou os olhos. A insistência de Tutu no tema da raça tinha o intuito de expressar solidariedade, mas Ruanda não era a África do Sul, ou a Nigéria, e os africanos não fizeram mais que os outros para parar o genocídio. Por isso, era estranho ouvir que um crime perpetrado por ruandeses contra ruandeses era um crime contra o orgulho e o progresso africano, e que a vergonha daquilo era um assunto particular da África, em vez de uma vergonha para toda a humanidade. Era estranho também receber a ordem de calar a boca e parar de agir como negros burros.

Quando eu ficava deprimido em Ruanda, o que era muito freqüente, eu gostava de sair de carro. Na estrada, o país apresentava-se em seu esplendor agreste, e era possível imaginar conforme as imagens passavam e o carro se enchia do cheiro de terra, eucalipto e carvão vegetal, que as pessoas e sua paisagem — as pessoas em sua paisagem — estavam como sempre haviam estado, inalteradas. Nos campos as pessoas aravam, nos mercados elas comerciavam, nas escolas as meninas em vestidos azuis

brilhantes e os meninos em shorts cáqui e camisas safáris brincavam e se provocavam como crianças de qualquer lugar. Ao longo de vastos vales, e sobre os altos desfiladeiros, a beira da estrada apresentava o mesmo cortejo: mulheres vistosamente vestidas com bebês pendurados às costas e enormes cargas sobre as cabeças; jovens robustos de calças jeans e camisetas dos Chicago Bulls gingando de mãos vazias — exceto, talvez, por um ra-dinho; uma garota perseguindo uma galinha, um menino tentando equilibrar a cabeça sangrenta de um bode sobre seus ombros; crianças pequenas em pijamas rasgados espantando as vacas para fora da estrada com longas varas.

Vida.

Você sabia, pelas estatísticas, que a maioria das pessoas que via era hutu, mas não tinha a menor idéia de quem era quem; se a menina que o fitava com surpresa quando você se aproximava de carro e no último momento piscava e abria um largo sorriso era uma sobrevivente do massacre, ou se era uma assassina, ou ambas as coisas, ou o quê. Se você parava para comprar um refresco e um espetinho de bode, ou para pedir informações, uma pequena multidão se reunia para espionar e dar palpites, fazendo você lembrar que era um ser exótico ali. Se você percorria o noroeste, e descia do carro para admirar os vulcões, camponeses vinham de suas lavouras para expressar sua aprovação pelo fato de que você não tinha outro objetivo, naquele momento, que o de observar com prazer a terra deles. Se você viajava para o sudeste através da reserva florestal tropical de Nyungwe e saía do carro para observar os macacos colobos, as pessoas que passavam em microônibus acenavam e sorriam.

A maior parte de Ruanda já foi uma floresta como Nyungwe, uma escura massa de vegetação sulcada por nuvens baixas e finas. Mas séculos de ocupação desnatarem a floresta, e na época em que eu estive lá, mesmo as mais íngremes encostas estavam ocupadas por lavoura e pastagens. Apenas o topo dos morros era sombreado por uma coroa remanescente de árvores altas. A intensidade com que cada pedaço de terra disponível estava lavrado oferecia uma evidência visual da densidade popula-

cional de Ruanda e da consequente disputa por recursos, e há quem afirme que o genocídio foi motivado, em grande medida, por razões econômicas básicas: "o vencedor fica com o butim" e "este lugar é pequeno demais para nós dois" — esse tipo de coisa, como se a matança tivesse sido uma espécie de mecanismo darwiniano de controle populacional.

Não há dúvida de que a promessa de ganho material e de mais espaço para viver motivou alguns assassinos. Mas por que, então, Bangladesh, ou qualquer outro lugar terrivelmente pobre e terrivelmente superpovoado, não teve um genocídio? Superpopulação não explica por que centenas de milhares de pessoas concordaram em matar quase 1 milhão de vizinhos no curso de algumas semanas. Nada realmente explica isso. Considere todos os fatores: as desigualdades pré-coloniais; a administração fanaticamente hierárquica e centralizada; o mito hamítico e a polarização radical sob o domínio belga; as matanças e expulsões que começaram com a revolução hutu de 1959; o colapso econômico do final da década de 1980; a recusa de Habyarimana em deixar os refugiados tutsis voltarem; a confusão do pluripartidarismo; o ataque da FPR; a guerra; o extremismo do Poder Hutu; a propaganda; os ensaios de massacres; a maciça importação de armas; a ameaça oferecida à oligarquia de Habyarimana pela paz mediante repartição do poder e integração; a extrema pobreza, ignorância, superstição e medo por parte de um campesinato intimidado, submisso, paralisado — e em grande parte alcoolizado; a indiferença do resto do mundo. Combine esses ingredientes e você terá uma receita tão excelente para uma cultura do genocídio que é fácil dizer que ele estava apenas esperando para acontecer. Mas a dizimação foi totalmente gratuita.

E depois dela o mundo era um lugar diferente para qualquer um que decidisse pensar no assunto. Os ruandeses não tinham escolha. Isso era o que mais me interessava a respeito deles: não os mortos — o que você pode realmente dizer sobre 1 milhão de pessoas assassinadas que não conhecia? —, mas como aqueles que tinham de viver sem eles o fariam. Ruanda tinha as lembranças e os hábitos de um longo passado, entretanto a ruptura

com esse passado havia sido tão absoluta que o país que eu atravessava de carro era na verdade um lugar que nunca havia existido antes. Cenas da vida rural que pareciam eternas para mim, e que pareciam espantosamente vazias a Joseph, o motorista, não eram uma coisa nem outra. A Ruanda que eu visitei nos anos posteriores ao genocídio era um mundo no limbo.

Eu disse antes que o poder consiste em grande parte na capacidade de fazer com que os outros habitem o cenário da realidade deles que você construiu, mesmo que você tenha de matar uma porção deles para que isso aconteça. Nesse sentido primário, o poder tem sido mais ou menos o mesmo em toda parte; o que varia é fundamentalmente a qualidade da realidade que ele busca criar: é baseado mais na verdade ou na falsidade, o que vale dizer, é mais ou menos opressor de seus súditos? A resposta frequentemente é uma indicação de quão estreita ou ampla é a base do poder: é centrado numa só pessoa ou está espalhado em muitos centros diferentes, que exercem controle uns sobre os outros? E seus súditos são meros súditos ou são também cidadãos? Em princípio, um poder de bases estreitas é mais propenso a oprimir, enquanto um poder de bases amplas requer um cenário mais verdadeiro em sua essência e tende a proteger da opressão um número maior de súditos. Essa regra foi celebradamente articulada pelo historiador britânico lord Acton em sua fórmula: "O poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente".

Mas, como a maioria dos truismos, o adágio de Acton não é totalmente verdadeiro: para tomar um exemplo da história norte-americana, o poder do presidente Lincoln era mais absoluto que o do presidente Nixon, no entanto Nixon era com certeza o mais fundamentalmente corrupto dos dois. Por tanto, quando julgamos o poder político, precisamos perguntar não apenas qual é a sua base, mas também como o poder é exercido, sob que circunstâncias, com que objetivos, a que preço e com que êxito. São julgamentos difíceis de serem feitos, que geralmente dão